



Ministério da  
**Ciência, Tecnologia  
e Inovação**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015



**MARÇO/ 2016**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado ao órgão de controle externo (Tribunal de Contas da União – TCU) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, com alterações da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, das Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e com as orientações do órgão de controle interno (Controladoria-Geral da União – CGU).

Rio de Janeiro, março de 2016.

## SUMÁRIO

1	ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS .....	4
2	APRESENTAÇÃO.....	5
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....	13
3.1	Identificação da unidade .....	13
3.2	Finalidade e competências .....	14
3.3	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão .....	14
3.4	Breve histórico do órgão .....	14
3.5	Ambiente de atuação.....	15
3.6	Organograma .....	16
3.7	Macroprocessos finalísticos .....	23
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL .....	25
4.1	Planejamento organizacional .....	25
4.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	25
4.3	Desempenho orçamentário .....	26
4.3.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados .....	26
4.3.2	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	27
4.3.3	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	27
4.3.4	Demonstrativo da execução das despesas .....	28
4.3.5	Restos a pagar de exercícios anteriores .....	33
4.3.6	Suprimento de fundos.....	34
5	GOVERNANÇA .....	36
5.1	Descrição das estruturas de governança .....	36
5.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	36
5.3	Papéis e funcionamento dos colegiados.....	39
5.4	Informações sobre a comissão de avaliação do compromisso de gestão.....	41
5.5	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	41
5.6	Gestão de riscos e controles internos .....	42
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	44
6.1	Canais de acesso do cidadão .....	44
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão .....	44

6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	44
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	44
6.5	Formas de participação cidadã nos processos decisórios .....	45
6.6	Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários.....	45
6.7	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações ..	45
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	47
7.1	Desempenho financeiro do exercício.....	47
7.2	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior .....	47
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	47
7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados .....	48
7.2.3	Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.....	48
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	48
7.4	Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial .....	48
7.5	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal .....	48
7.6	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	49
8	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	51
8.1	Gestão de pessoas .....	51
8.1.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	51
8.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	52
8.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	53
8.1.4	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas .....	53
8.1.5	Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes	53
8.1.6	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários .....	55
8.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	55
8.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	55
8.2.2	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	55
8.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	56
8.2.4	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	56
8.2.5	Informações sobre a infraestrutura física.....	57
8.3	Gestão da tecnologia da informação .....	57

8.3.1	Principais sistemas de informações .....	57
8.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI57	
8.3.3	Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas .....	58
8.4	Gestão ambiental e sustentabilidade .....	60
8.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras .....	60
9	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	61
9.1	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	61
9.2	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 .....	62
10	ANEXOS .....	63

## **1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS**

Capa, Folha de rosto e Sumário inseridos acima.

## 2 APRESENTAÇÃO

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) apresenta seu Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao exercício de 2015. Este documento obedece a determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) através dos seguintes instrumentos:

- Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013)
- Decisões Normativas TCU nº 146 e 147/2015
- Portaria TCU nº 321/2015

A estrutura adotada obedece ao Anexo II da Portaria TCU nº 321/2015.

Mediante justificativa específica, observam-se as seguintes exceções em relação aos itens da Portaria TCU nº 321/2015 requeridos por capítulo (não ocorrência no exercício de 2015, não aplicação à instituição ou aplicação restrita):

no **Capítulo 3**, “Visão geral da unidade prestadora de contas”, não se aplicam os itens 3.8 – “Composição acionária do capital social”, 3.9 – “Participação em outras sociedades” e 3.10 – “Principais eventos societários ocorridos no exercício”, pela própria natureza da unidade, órgão simples do MCTI.

Dos 50 itens do **Capítulo 4**, “Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional”, **apenas se aplicam** a esta unidade, de acordo com seus respectivos setores responsáveis, os 15 a seguir: 4.1 – “Planejamento organizacional”, 4.2 – “Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos”, 4.3 – “Desempenho orçamentário” (subitens 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.3.6 e 4.3.10), 4.8 – “Principais projetos de pesquisa e desenvolvimento”, 4.14 – “Apresentação e análise de indicadores de desempenho”, 4.15 – “Acompanhamento e resultados do Plano Brasil Maior”, 4.17 – “Informações sobre as atividades relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento”, 4.18 – “Informações gerenciais sobre o Plano de Implantação do Novo Modelo de Gestão - PINMG e sobre o Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX”, 4.23 – “Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação – PNQ”, 4.30 – “Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos”, 4.40 – “Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional”, 4.46 – “Resultados da execução física e financeira das ações planejadas para o exercício”, 4.47 – “Informações sobre os indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão”, 4.48 – “Principais resultados relacionados ao ambiente de gestão” e 4.49 – “Principais resultados relacionados ao ambiente de negócio”.

No **Capítulo 5**, “Governança”, não se aplicam os itens 5.4 – “Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico”; 5.6 – “Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado”; 5.13 – “Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade” e 5.14 – “Participação acionária de membros de colegiados da entidade”, tampouco o subitem 5.9.1 – “Relatórios semestrais sobre os controles internos do Banco elaborados em observância à Resolução CMN 2.554/98”, pela própria natureza jurídico-administrativa da unidade prestadora de contas, um órgão público que é unidade de pesquisa do Ministério da Ciência,

Tecnologia e Inovação (MCTI). Não se aplica o item 5.7 – “Atuação da unidade de auditoria interna”, pois o CBPF não possui uma unidade de auditoria interna. Não se aplica o item 5.10 – “Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados”, pois os servidores da unidade que se ocupam de funções administrativas recebem, se for o caso, retribuição a título de cargo de Direção, Chefia e Assessoramento, conforme a Lei nº 8.112/1990. Já os membros de colegiados da unidade não recebem remuneração extra pelo desempenho de tal função. Não se aplica o item 5.11 – “Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada”, pois não houve contratação pela unidade, no exercício 2015, de auditoria independente. Não se aplica o item 5.12 – “Informações sobre as ações trabalhistas contra a entidade”, pois não constam ações trabalhistas contra esta unidade. Não se aplica o item 5.15 – “Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais” porque o órgão responsável para a realização de eventuais demandas judiciais do CBPF é a Advocacia-Geral da União.

Quanto ao **Capítulo 6**, "Relacionamento com a sociedade", não se aplica o item 6.9 – “Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial”, pois não houve ocorrência de ressarcimento a usuários desta unidade.

Quanto ao **Capítulo 7**, “Desempenho financeiro e informações contábeis”, **apenas se aplicam** os seguintes itens: 7.1 – “Desempenho financeiro do exercício”, 7.2 – “Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior”, 7.4 – “Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade”, 7.5 – “Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”, 7.6 – “Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal” e 7.7 – “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas”.

Quanto ao **Capítulo 8** “Áreas especiais da gestão”, no item “Gestão de pessoas” (8.1) não se aplica o subitem 8.1.1.1 – “Informações específicas sobre o pessoal lotado na Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica - CGIT/MCTI”, pois não há nenhum servidor da UPC lotado em tal órgão. Não há ocorrência para: 8.1.4 – “Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal”; 8.1.5 – “Pessoal requisitado dos quadros de órgão ou entidade da Administração Pública Federal”; 8.1.6 – “Medidas para o ressarcimento de valores pagos indevidamente a servidores movimentados em razão de missões permanentes ou provisórias”; 8.1.7 – “Demonstração das iniciativas de cobrança de valores pagos indevidamente a servidores removidos em razão de missões permanentes”; 8.1.11 – “Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais” e 8.1.12 – “Contratação de mão de obra temporária”. O item 8.5, “Gestão de fundos e de programas”, não é aplicável, pois esta unidade não realiza tal atividade.

No **Capítulo 9**, “Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle”, não há ocorrências para o item 9.1 – “Tratamento de determinações e recomendações do TCU”. **Apenas se aplicam** os itens 9.2 – “Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno” e 9.9 – “Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993”. Destaca-se que não há ocorrência para o subitem 9.13 – “Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento”, pois a



unidade não possui nenhum contrato, encerrado ou vigente, que se encaixe nas regras delineadas no art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

Na seção “Relatórios, pareceres e declarações” prevista na Portaria 321/2015, não são aplicáveis “Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna”, pois a unidade não possui uma unidade de auditoria interna, “Parecer do colegiado”, pois os órgãos colegiados da unidade não emitem parecer, “Relatório de avaliação de resultados de contrato de gestão” e “Parecer do dirigente de órgão responsável pela supervisão de contrato de gestão”, pois a unidade não firma contrato de gestão, e sim “compromisso de gestão”. Não se aplicam “Relatório de banco operador de recursos de fundos”, pois a unidade não participa diretamente de fundos; “Relatório de instância ou área de correição”, pois a unidade não possui instância ou área de correição constituída; “Relatório resumido do comitê de auditoria”, pois a unidade não possui comitê de auditoria e “Relatório de auditor independente”, pois não foi realizada auditoria independente no exercício de 2015.

### **Realizações do CBPF no ano de 2015**

Na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Formação Científica, em 2015 foram publicados 362 artigos científicos em periódicos de circulação internacional pelos diversos grupos de pesquisa da instituição. Este resultado foi referendado pelo *Nature Index* que confirmou a liderança do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, apontada em 2013. No período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015 o CBPF manteve a posição de liderança nas pesquisas na área da física. Com 136 publicações relevantes no período, a instituição encabeça o *ranking* em relação aos demais institutos de física brasileiros quanto ao número de artigos publicados – 36 - na *Physical Review Letters* – PRL. Outras grandes marcas foram alcançadas com publicações na *Journal of High Energy Physics* (43) e na *European Physics Journal C* (23). Dentre as instituições brasileiras de pesquisa, o CBPF é a que mais publica trabalhos científicos de excelência. A conclusão é do *ranking* SCImago, que analisa instituições em geral e não apenas universidades.

Na área de Física de Altas Energias, destaque-se a publicação na revista *Nature* em maio deste ano de artigo conjunto das colaborações CMS e LHCb descrevendo a primeira observação de um decaimento muito raro do méson B<sub>0</sub>s em dois múons. Este processo subatômico acontece aproximadamente quatro vezes em um bilhão de eventos, como previsto pelo Modelo Padrão<sup>1</sup>, mas que nunca tinha sido visto anteriormente. A análise é baseada em dados adquiridos no LHC (*Large Hadron Collider*) do CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear) nos anos de 2011 e 2012. Estes dados também sugerem a existência de um decaimento similar, porém mais raro ainda, de um primo do B<sub>0</sub>s, o méson B<sub>0</sub>.

---

<sup>1</sup> A teoria que melhor descreve o mundo das partículas elementares.

Também em maio de 2015, o *Large Hadron Collider* (LHC) do CERN produziu, pela primeira vez, colisões de prótons com energia de centro-de-massa de 13 TeV, estabelecendo assim um novo recorde em energia de colisões de prótons em laboratório. Os testes realizados representam um importante passo no processo de comissionamento dos experimentos ATLAS, ALICE, CMS e LHCb para o “Run II” do LHC.

Outro fato relevante da área em 2015 foi a integração do *Grid Lafex/CBPF* à rede exclusiva LHC ONE (*LHC Open Network Environment*), do CERN. O *Grid Lafex/CBPF* é o primeiro *grid* latino-americano a fazer parte dessa rede. O LHC ONE é um projeto que visa interconexão e integração dos centros de computação espalhados no mundo que fazem parte de seu *grid* computacional. Esta infraestrutura tem como objetivo criar uma rede lógica sobre a rede física existente entre os sites de *grids* membros da colaboração dos experimentos do LHC (*Large Hadron Collider*), a partir de configurações avançadas e específicas em roteadores em todo caminho, permitindo maior segurança, prioridade dos dados e maior vazão na rede. O ingresso do CBPF torna a instituição ainda mais "conectada" ao experimento LHCb/CERN.

Além de pesquisadores da área de Altas Energias que atuam nas colaborações CMS e LHCb, a Coordenação de Atividades Técnicas (CAT) participa das atividades da *grid* com projeto de avaliação de transferência massiva de dados entre redes de alto desempenho, tema de trabalho de pesquisa no Mestrado com Ênfase em Instrumentação Científica do CBPF. Também contribuíram para o sucesso alcançado a Rede-Rio/Faperj, a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e equipes de grandes *backbones* internacionais da Rede Clara, Geant e CERN. É importante destacar que parte do projeto no CBPF vem sendo financiada através da concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional do (PCI/MCTI).

Na área de Cosmologia, um dos destaques foi a descoberta de oito possíveis galáxias anãs no sistema da Via Láctea utilizando dados do *Dark Energy Survey* (DES), projeto de colaboração internacional que conta com a participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) no mapeamento de uma grande área na esfera celeste.

Caso se confirme, a descoberta traz importantes consequências para as prospecções sobre a matéria escura – apontada por pesquisas como a principal componente de matéria do Universo.

Também no âmbito do projeto *Dark Energy Survey* (DES), cientistas lançaram o primeiro de uma série de mapas de matéria escura do cosmos. Esses mapas são criados como resultados da análise das imagens de uma das câmeras digitais mais poderosas do mundo – a DECam – com um nível de detalhe capaz de melhorar a nossa compreensão do papel de matéria escura na formação de galáxias.

Em Física de Materiais e Informação Quântica destaque-se a publicação, na prestigiosa *Physical Review Letters*, dos artigos “Spin Squeezing in a Quadrupolar Nuclei NMR System” - neste trabalho, a técnica de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) é utilizada para demonstrar os chamados "squeezed states", que são estados quânticos

coerentes – e “Irreversibility and the Arrow of Time in a Quenched Quantum System” - que resultou de colaboração do grupo de Informação Quântica do CBPF com físicos da Universidade do ABC e tratou de um dos maiores mistérios na Física: a seta do tempo<sup>2</sup>.

Quanto à FORMAÇÃO CIENTÍFICA, em 2015 foram defendidas 21 teses de doutorado em Física e 16 dissertações de mestrado - seis no Mestrado Profissional em Física com Ênfase em Instrumentação Científica - no Programa de Pós-Graduação do CBPF. As pesquisas envolvidas nestas teses e dissertações resultaram em 52 trabalhos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Ainda na área de formação de recursos humanos, reforçando a tendência de expansão das relações internacionais científicas, foram realizadas duas defesas de tese em cotutela do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). A cotutela se refere a um programa de doutorado duplo, com obtenção de dois diplomas – CBPF e uma instituição estrangeira – a partir de um convênio de cooperação internacional. Em março de 2015, a então doutoranda Fernanda Deus da Silva defendeu a tese "Contributions to the Transport Properties of Many-Body Systems", orientada por Mucio Amado Continentino (CBPF) e Claudine Lacroix - orientadora da cotutela (Institut Néel) e Mairbek Chshiev - coorientador (SPINTEC), ambos da França. Em julho, foi a vez de Naiara Yohanna Klein, orientada por Luiz Carlos Sampaio Lima (CBPF) e Guilhem Larrieu da Universidade de Toulouse, França, apresentar o trabalho “Nanofios magnéticos e Semicondutores, Alinhamento, caracterizações elétricas e magnéticas e aplicações”.

No que concerne a COLABORAÇÕES INTERNACIONAIS, O CBPF tem procurado ampliar suas parcerias nacionais e internacionais. Na área de materiais deu-se continuidade à colaboração iniciada em 2014 com o Max-Planck Institut da Alemanha e com a Fundação Vale para desenvolvimento de projetos na área de Materiais. A instituição também tem fortalecido sua relação com a Petrobras: em 2015 estiveram em execução dois projetos com a empresa, um na área de caracterização de imagens geológicas de alta resolução e outro para pesquisa e desenvolvimento tecnológico de métodos para a caracterização elétrica por indução de *plugues* de rocha no regime de alta pressão. Já em janeiro de 2016, mais uma colaboração foi iniciada voltada à pesquisa sobre petrofísica por Ressonância Magnética Nuclear de alto campo.

Ainda na área de cooperações internacionais, em julho de 2015 os responsáveis pelo consórcio que irá construir o *Cherenkov Telescope Array* (CTA), o maior observatório de astrofísica de altas energias e de partículas do mundo, escolheram o Chile como sítio para instalação dos seus instrumentos. O CTA será um dos principais centros de estudos em astrofísica de seu tempo, com operação estimada em pelo menos 20 anos. O Brasil faz parte do Consórcio e já tem dado importantes contribuições ao projeto nesta fase inicial de construção dos telescópios. Visando internacionalizar cada vez mais suas

---

<sup>2</sup> A chamada “seta do tempo” está relacionada ao fato de que as equações que descrevem as leis que regem o Universo são reversíveis, ou seja, podem igualmente descrever eventos que se desenrolam na direção do passado para o futuro, como do futuro para o passado, sem distinção entre um e outro.

ações, o CBPF submeteu, no final do mês de agosto, uma expressão de interesses em sediar o centro de operações internacionais do CTA, respondendo a uma chamada oficial feita pelo Consórcio. A candidatura do CBPF é motivada pelo reconhecimento do grande valor científico do projeto e das grandes pretensões da comunidade brasileira em atuar fortemente dentro do CTA, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista de parcerias industriais e tecnológicas.

Na área de EVENTOS, apesar do contingenciamento orçamentário foi possível manter o bom nível de produtividade dos últimos anos. Parte do empenho da instituição para fazer face a este momento de restrições se traduz na promoção de conferências e encontros de relevância na área da Física que ocorreram no segundo semestre de 2015 como a Escola do CBPF e a GR in Rio (*General Relativity in Rio*), conferência na área de Cosmologia, entre outros.

Além de uma série de palestras para o público geral, a programação da X Escola do CBPF, evento já tradicional na agenda científica da área, também incluiu módulos voltados a públicos específicos: estudantes de graduação; estudantes de pós-graduação; treinamento intensivo nos laboratórios do CBPF para graduandos e treinamento para professores do Ensino Médio. Sua programação incluiu também 2 exposições sobre os temas “A Luz”, em comemoração a “2015 - Ano Internacional da Luz”, e sobre um dos fundadores do CBPF “Cesar Lattes, vida e obra”.

A GR *in Rio* comemorou o centenário da primeira de quatro palestras proferidas por Einstein sobre uma formulação covariante de sua proposta de modificação da física newtoniana da gravitação universal na Academia Prussiana de Ciências, bem como o Ano Internacional da Luz e ocorreu em agosto na sede do CBPF.

Na área de Altas Energias também foram realizados dois encontros: o *LHCb workshop on multi-body decays of B and D mesons* e o *XVII International Workshop on Neutrino Factories and Future Neutrino Facilities*, reunindo pesquisadores de vários países que trabalham nas grandes colaborações em curso.

Em sintonia com as políticas para inclusão social, a instituição sediou a “II Conferência Brasileira de Mulheres na Física”. O encontro teve como temas centrais “Carreira e família” e “Como atrair meninas para a física” e reuniu pesquisadoras da área de física, representantes de governos e de órgãos financiadores e gestores de pesquisa com o objetivo de discutir a atuação das mulheres na física e propor estratégias visando melhor qualificação e maior participação feminina na área.

No tocante à GESTÃO E INFRAESTRUTURA desta UPC, destaca-se que, em 2015, o CBPF submeteu e obteve aprovação, na fase qualitativa de elaboração do PPA (Plano Plurianual) 2016-2019, um novo plano orçamentário: o PO 0003 – Popularização e Disseminação do Conhecimento Científico através dos projetos: 1) Laboratório Didático (LABDID); 2) Laboratório de Divulgação Científica (LABDIV); e 3) Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio (PROFCEM).

O LABDID promove visitas de alunos de escolas públicas de Ensino Médio ao CBPF com desenvolvimento de experimentos em Física de elevado teor de interação e importância histórica, com média de 1.000 alunos por ano. O LABDIV é responsável pela participação do CBPF em eventos externos, levando ao público experimentos de grande interatividade e o PROFCEM organiza programas de capacitação continuada para aproximadamente 30 professores por ano do Ensino Fundamental e Médio.

A aprovação deste PO representa um avanço na medida em que garantirá orçamento próprio às ações de divulgação científica do Centro. O novo PO possui valor estimado de R\$ 300.000,00 ao ano, e depende, agora, de aprovação na parte quantitativa do PPA.

Um dos destaques da área de gestão do CBPF em 2015 também foi a realização da importação do supercomputador, batizado de Santos Dumont, que, no dia 3 de julho 2015, chegou à sede do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCTI). Essa importação teve uma duração de 07 meses e seu transporte foi realizado por via marítima da França para o Brasil e do Porto do Rio de Janeiro até o LNCC em Petrópolis em um comboio composto por 03 caminhões e seguranças.

A área de Importação do CBPF é responsável pela aquisição de equipamentos e material de consumo para os laboratórios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como pelas exportações necessárias e pela viabilização das doações recebidas. No ano de 2010 foi realizado um Acordo de Cooperação entre as Unidades de Pesquisa CBPF, INT, CETEM, LNCC, ON e MAST para que o CBPF executasse as importações, exportações e doações de todas, e, no ano de 2011, foi incluído no acordo o LNA. Desde de seu estabelecimento, foram realizados um total de 956 processos com recursos da União e de projetos dos pesquisadores aprovados pelos órgãos de fomento e financiamento como CNPq, FINEP, FAPERJ e CAPES.

Mais uma vez, ressalte-se a importância do Programa de Capacitação Institucional para as atividades de pesquisa e desenvolvimento do CBPF. O PCI tem se traduzido cada vez mais como um instrumento fundamental para a implementação de uma política de excelência científica na instituição, com suas bolsas sendo amplamente utilizadas pelos grupos de pesquisa em diversas áreas da Física e em consonância com as diretrizes do Plano Diretor da Unidade (PDU).

Apenas no biênio 2013-2015, foram concedidas 204 bolsas do Programa – 106 para a realização de visitas intercâmbio de até 90 dias de pesquisadores de instituições do país e do exterior e 98 bolsas de longa duração para a realização de projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de estágios de pós-doutoramento. Em 2015, apesar do novo projeto institucional ter se iniciado apenas em outubro, o CBPF contou com 38 bolsistas da modalidade longa duração (PCI-D).

Na parte de infraestrutura laboratorial e de pesquisa, em 2015 foram instalados e comissionados os novos microscópios eletrônicos - microscópio eletrônico de varredura de alta resolução JEOL-MEV-FEG e microscópio de coluna dupla (elétrons e íons de gálio) – Laboratório Multiusuário de Nanociência e Nanotecnologia – LABNANO do

CBPF. Este laboratório passou a integrar a recém-criada Rede Sibratec de Inovação em Nanotecnologia - nanosensores e nanodispositivos. A rede tem fundos para captação de projetos cooperativos com micro e pequenas empresas.

### **Perspectivas**

Tendo em vista o término do período de vigência de seu Plano Diretor 2011-2015, o CBPF iniciou em maio de 2015 o processo de elaboração do documento que vigorará no próximo quinquênio e norteará suas ações.

Integram as ações e metas do PDU as atividades vinculadas à sua missão institucional, expressas nos diversos eixos constantes do documento, e três projetos estruturantes: Centro de Estudos Avançados; Centro de Inovação para a Ciência; e Centro da Matéria e Nanotecnologia. O Centro de Estudos Avançados está voltado para a realização de encontros, oficinas de trabalho, escolas e estudos estratégicos, usando a larga experiência do CBPF na organização deste tipo de atividade. Como uma de suas primeiras ações, está sendo proposta a realização de um estudo prospectivo sobre a Física para 2022. O segundo projeto – Centro de Inovação para a Ciência – tem como objetivo coordenar o desenvolvimento de instrumentos científicos e fazer a prospecção das novas tecnologias de relevância para o futuro científico do país, além, do desenvolvimento de técnicas gerenciais para a organização de experimentos científicos de larga escala. O terceiro, o Centro da Matéria e Nanotecnologia, destina-se à prospecção e desenvolvimento dos temas relevantes em nanotecnologia e à aplicação da física a desafios científicos multidisciplinares, como, por exemplo, a criação de materiais biocompatíveis.

As restrições orçamentárias impostas pela crise econômica brasileira certamente afetarão as atividades institucionais, entretanto, espera-se contar com o apoio do MCTI para fazer face a demandas que permitam manter o nível de excelência que se traduz nos importantes resultados que a unidade vem apresentando.

### 3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

#### 3.1 Identificação da unidade

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)			Código SIORG: 1988
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação completa: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS			
Denominação abreviada: CBPF			
Código SIORG: 24751	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 240120
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Físicas e Naturais			Código CNAE: 7210-0/00
Telefones/Fax de contato:	21-2141-7417	21-2141-7385	21-2141-7400
Endereço eletrônico: diretor@cbpf.br;			
Página da Internet: www.cbpf.br			
Endereço Postal: Rua Dr. Xavier Sigaud, 150 - Urca - Rio de Janeiro – CEP: 22290-180			
<b>Normas relacionadas à Unidade</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade</b>			
O art. 2º do Decreto nº 5.886 de 06 de setembro de 2006 (que dispõe sobre a estrutura regimental do MCTI) estabelece o CBPF como unidade de pesquisa do MCTI. O Decreto nº 4.724, de 9 de junho de 2003, oficializou a passagem do CBPF da estrutura do CNPq para o MCT. Porém, a Portaria MCT nº 755, de 03 de dezembro de 2002, já aprovava um Regimento Interno do CBPF.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade</b>			
Regimento Interno do CBPF - Portaria MCTI nº 638, de 01/10/2008 e Portaria nº 11, de 14 de abril de 2008 Portaria MCTI nº 668, de 21/07/2003 – Estabelece Conselho Técnico-Científico – CTC/CBPF Portaria CBPF/MCTI nº 10, de 24/10/2001 – estabelece o Conselho Científico Assessor - COCI/CBPF Portaria CBPF/MCTI nº 91, de 30/10/2013 – normas para acesso às dependências do CBPF Portaria CBPF/MCTI nº 59, de 30/11/2007 – normas internas para indicações dos Coordenadores do CBPF Portaria CBPF/MCTI nº 39, de 12/07/2012 – procedimentos relativos à concessão, aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos no CBPF			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade</b>			
<b>Leis</b>			
Lei nº 8.010, de 29.03.1990 – Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica. Lei nº 8.691, de 28.07.1993 – Dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta. Lei nº 9.279, de 14.05.1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade intelectual. Lei nº 9.515, de 20.11.1997 – Dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais. Lei nº 10.221, de 18.04.2001 – Institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Lei nº 10.973, de 02.02.2004 (Lei da Inovação) – Dispõe sobre incentivos à inovação científica e tecnológica no ambiente produtivo. Lei nº 12.527, de 18.11.2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal. Lei nº 13.243, de 11.01.2016 (Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação) – Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.			
<b>Portarias do CBPF</b>			

Portaria CBPF/MCTI nº 37/2005 – Regulamento para Visitantes e Pós-docs  
Portaria CBPF/MCTI nº 25, de 02/12/2004 – Regulamento para promoção de Pesquisadores  
Portaria CBPF/MCTI nº 50, de 25/06/2013 – Regulamento para promoção de Tecnologistas  
Portaria CBPF/MCTI nº 31, de 26/08/2014 – Orientação a membros de bancas externas  
Portaria CBPF/MCTI nº 57, de 06/12/2007 – Critérios e procedimentos para concessão de diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais, por motivo de deslocamentos no País e para o exterior, no exercício do serviço  
Portaria nº 18, de 26/05/2014 – Critérios para concessão do título de Pesquisador Emérito do CBPF

### **3.2 Finalidade e competências**

O CBPF tem por finalidade realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do MCTI e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico. Suas competências são:

- I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações, considerando as prioridades nacionais na área da física;
- II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;
- III - estabelecer intercâmbio científico;
- IV - promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação;
- V - desenvolver e transferir e/ou comercializar, mediante processo licitatório, serviços e produtos técnico-científicos gerados pelo CBPF;
- VI – manter e divulgar um acervo de documentação/informação sob suportes variados e biblioteca especializada; e
- VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

### **3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão**

O Decreto presidencial nº 5.886 de 06 de setembro de 2006 (que dispõe sobre a estrutura regimental do MCTI) estabelece o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) como unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O Decreto nº 4.724, de 9 de junho de 2003, oficializou a passagem do CBPF da estrutura do CNPq para o MCT.

Porém, a Portaria MCT nº 755, de 03 de dezembro de 2002, já aprovava um Regimento Interno do CBPF.

O atual Regimento Interno do CBPF foi publicado pela Portaria nº 638, de 27 de setembro de 2007 (disponível em: <http://portal.cbpf.br/regimentos-e-portarias>).

### **3.4 Breve histórico do órgão**

O CBPF foi fundado em 15 de janeiro de 1949 por um grupo de cientistas brasileiros e de pessoas interessadas no desenvolvimento científico do país, dentre eles Cesar Lattes,



José Leite Lopes, e Jaime Tiomno. Sua primeira sede foi em um edifício na Rua Álvaro Alvim, mudando-se dois anos depois para instalações maiores dentro do campus universitário da Praia Vermelha. Foi criado como Sociedade Civil sem fins lucrativos, obtendo recursos para financiar suas atividades através de doações de particulares e de dotações orçamentárias concedidas pela Câmara de Federal de Deputados, pela Câmara de Vereadores do DF (então no Rio de Janeiro), pela Confederação Nacional da Indústria e também por agências de financiamento à pesquisa e ao ensino superior que foram sendo constituídas ao longo dos anos. Recebeu um auxílio importante da Fundação Ford para recompor o acervo bibliográfico perdido num incêndio ocorrido em 1958. A partir de 1976 (através da Resolução Executiva nº 001-1976) passou a fazer parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como um de seus institutos, passando esse órgão a assumir seu custeio. Passaram pelo CBPF importantes nomes da Física mundial, como Richard Feynman (Nobel de Física de 1965), Léon Rosenfeld (colaborador de Niels Bohr, e criador do termo "lépton"), e Guido Beck (assistente de Werner Heisenberg), dentre outros.

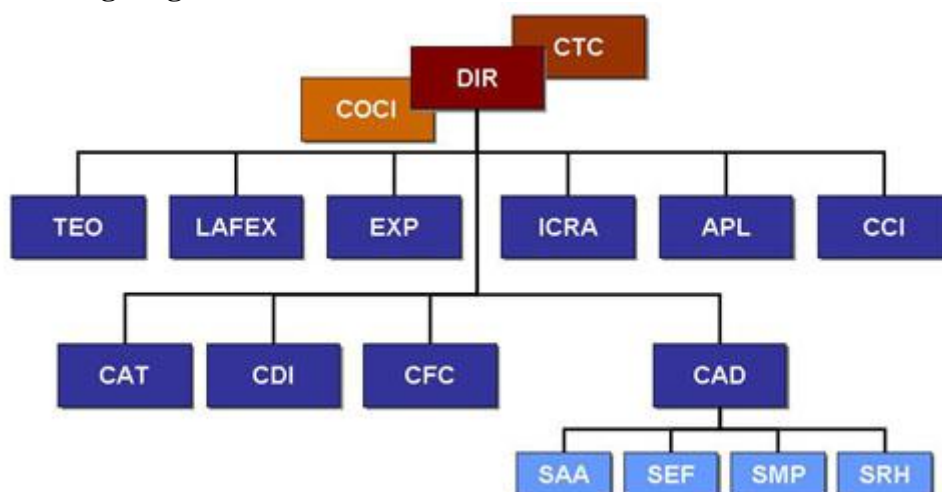
### **3.5 Ambiente de atuação**

O CBPF produz pesquisa – básica e tecnológica – e forma recursos humanos (possui um programa de pós-graduação), portanto, as entidades que ofertam produtos e serviços similares aos desta unidade prestadora de contas (UPC) são as universidades. Entretanto, a UPC se diferencia substancialmente dos outros institutos de pesquisa em física pelas suas pesquisas de vanguarda, por possuir um parque de laboratórios avançados abertos à comunidade e pela produção científica que é uma das maiores do país. Além disso, a pós-graduação acadêmica, com mais de 50 anos de existência, é avaliada com a nota máxima da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes): 7,0. Mais de uma centena de estudantes de mestrado e doutorado se distribuem entre as diversas áreas experimentais e teóricas do CBPF, e outras centenas de ex-alunos egressos do CBPF estão presentes em várias instituições de ensino e pesquisa em quase todos os estados da União. O CBPF é sede do Labnano (Laboratório de Nanociência e Nanotecnologia), e conta com um dos mais bem equipados parques experimentais do país, com vários laboratórios multiusuários, e abertos à comunidade. O CBPF conta ainda com um Programa de Mestrado Profissional voltado à formação de recursos humanos altamente capacitados para atuar na indústria e em qualquer segmento que necessite de soluções tecnológicas. Este programa já resultou em vários pedidos de Propriedade Intelectual feitos por estudantes e pesquisadores do CBPF. A instituição tem ainda uma forte inserção social através de vários programas que atendem a professores e alunos de escolas públicas, em sua maioria. Anualmente, são mais de 1000 estudantes e professores que visitam o CBPF para assistir palestras, realizar experimentos de física moderna, e conhecer o dia a dia de laboratórios e Grupos de Pesquisa. O Programa de Vocação Científica do CBPF é voltado para o público infanto-juvenil e mantém dezenas de estudantes do Ensino Médio desenvolvendo projetos individuais de pesquisa, sob a orientação de pesquisadores e tecnólogos do CBPF.

Tudo isso caracteriza a UPC como uma instituição “única”, um patrimônio brasileiro com excelência reconhecida pela comunidade acadêmica e pela sociedade. Não obstante, as principais ameaças possíveis se referem à falta de recursos e de visão gerencial, pois, se houver corte de recursos destinados à UPC ou uma tentativa de

desestruturar sua organização, o trabalho de excelência científica que desenvolve pode ser perdido ou, pelo menos, prejudicado. Por talvez parecer que a instituição desenvolve atividades semelhantes às das universidades, uma ameaça provável é a eventual visão equivocada sobre a importância, a competência e, principalmente, a singularidade da atuação da UPC no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

### 3.6 Organograma



O organograma está em conformidade com a Portaria Ministerial nº 638, de 27 de setembro de 2007 que aprova o Regimento Interno da Instituição.

A administração geral do CBPF é conduzida por uma Diretoria e um Conselho Técnico-Científico, formado por 3 membros internos e 6 externos. Também integra a instância decisória um Comitê Assessor Científico – COCI.

A Diretoria - O CBPF é dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão é nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

O Conselho Técnico-Científico - CTC, instituído pela Portaria nº 510, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, de 21/07/2003, é unidade colegiada com a função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

O Comitê Científico Assessor - COCI, criado pela Portaria nº 10, de 24 de Outubro de 2001, aprovado pelo CTC do CBPF, é um órgão consultivo e suas decisões têm caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do CTC, sempre que necessário.

A regulamentação que rege tais instâncias está disponível na página eletrônica da instituição no item Acesso à informação/Regimentos e Portarias ([www.cbpf.br](http://www.cbpf.br)).

#### Competência das Unidades

##### TEO - À Coordenação de Física Teórica, compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física teórica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física teórica, física computacional e matemática;

**LAFEX - À Coordenação de Física Experimental de Altas Energias compete:**

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física de altas energias, em aceleradores, em raios cósmicos e na física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de altas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

**EXP - À Coordenação de Física Experimental de Baixas Energias compete:**

I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental no campo da física da matéria condensada, da física atômica e molecular e da física de plasmas de baixas energias, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de baixas energias; e

III - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas.

**APL - À Coordenação de Física Aplicada compete:**

I - coordenar e desenvolver pesquisa experimental, na área de física aplicada, física de plasma e áreas interdisciplinares, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física aplicada;

V - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas

**ICRA - À Coordenação de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica compete:**

I – representar o CBPF junto ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, dentro do acordo de cooperação firmado pelo Governo Brasileiro;

II - coordenar, desenvolver e apoiar pesquisas experimentais e observacionais no campo da pesquisa em astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional, em particular de grupos associados ao *International Center for Relativistic Astrophysics* - ICRA, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

III - desenvolver rede eletrônica para troca de informações entre laboratórios e departamentos que atuam no campo da astrofísica relativista e cosmologia teórica e observacional;

**Às Coordenações Científicas acima compete ainda:**

I - estimular a manutenção de linhas de pesquisas, bem como a abertura de novas propostas de caráter inovador no campo do conhecimento da sua área de competência;

II - apoiar o intercâmbio de informações científicas entre os membros da Coordenação, destinadas ao desenvolvimento de programas nacionais e internacionais;

- III - promover e realizar seminários, encontros, cursos e outros eventos pertinentes à sua área de atuação;
- IV - colaborar na formulação da programação e execução de cursos de pós-graduação no âmbito do CBPF;
- V - dar suporte ao desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica e científica; e
- VI - atuar em outras atividades que lhe forem cometidas pertinentes à sua área de competência.

#### **CAT - À Coordenação de Atividades Técnicas compete:**

- I - coordenar as atividades técnicas que viabilizam a utilização de laboratórios nas áreas de mecânica, de eletrônica, de criogenia, de computação para uso científico, entre outras de suporte às demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - prestar serviços técnicos e apoio logístico especializados às demais áreas do CBPF, na realização de projetos de instrumentação científica e tecnológica;
- III - desenvolver tecnologias para equipamentos e instrumentos científicos;
- IV - elaborar e realizar em articulação com as demais coordenações do CBPF a programação de manutenção e reposição de equipamentos e instrumentos de laboratórios;
- V - efetuar ou orientar a especificação de materiais, equipamentos e instrumentos de uso científico em consonância com as demandas das demais Coordenações;
- VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;
- VII - executar ou participar da realização de eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações; e
- VIII - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

#### **CDI - À Coordenação de Documentação e Informação Científica compete:**

- I - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - manter uma biblioteca na área de física com acesso para o público externo;
- III - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos, bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;
- IV - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do CBPF;
- V - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;
- VI - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos;
- VII - elaborar o inventário do acervo dentro da periodicidade estabelecida;
- VIII - aplicar os sistemas de classificação, tesouros e outros instrumentos próprios para a recuperação da informação, de acordo com as especificidades do acervo;
- IX - disseminar o acervo e divulgar publicações e os trabalhos específicos da física e áreas afins, assim como aqueles resultantes de eventos promovidos pelo CBPF;
- X - constituir e disseminar base de dados na sua área de atuação;
- XI - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;
- XII - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;

XIII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação; e

XIX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

#### **CCI - À Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais compete:**

I - coordenar a estruturação e organicidade de projetos consorciados, nacionais ou internacionais, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - prestar assessoria ao MCT na elaboração de protocolos e implantação de grandes estruturas institucionais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nas áreas de atuação do CBPF;

III - promover a articulação das Coordenações do CBPF com o MCTI e demais entidades das diversas esferas de governo que possam colaborar no seu campo de atuação;

IV - coordenar e supervisionar a realização dos eventos promovidos no âmbito do CBPF, em articulação com as demais Coordenações;

V - colaborar com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento nas áreas de atuação do CBPF;

VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;

VII - coordenar e supervisionar a seleção e o cumprimento das normas de concessão de bolsas do Programa de Capacitação Institucional - PCI e outros programas com a mesma finalidade; e

VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

#### **CFC - À Coordenação de Formação Científica compete:**

I - coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de Pós-Graduação existentes no CBPF, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de Pós-Graduação em articulação com as áreas de pesquisa, assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do CBPF;

III - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;

IV - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;

V - coordenar os programas de Iniciação e Vocação científica;

VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da Coordenação;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e

VIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

#### **CAD - À Coordenação de Administração compete:**

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos

administrativos, inclusive contratos e convênios, de acordo com as especificações do Plano Diretor Institucional;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do CBPF;

III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;

V - fornecer infraestrutura administrativa às diversas áreas do CBPF, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

VI - promover reuniões periódicas do Comitê Supervisor da coordenação;

VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;

VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

VIII - coordenar, elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação; e

IX - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

#### **SRH - Ao Serviço de Recursos Humanos compete:**

I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares destinados a, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;

III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores;

VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;

VIII - controlar as atividades relativas a licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;

IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;

X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;

XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;

XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo CBPF;

- XIV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos pertinentes à sua área de competência; e
- XV - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

**SEF - Ao Serviço Financeiro compete:**

- I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;
- III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;
- IV - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;
- V - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;
- VI - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;
- VII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;
- VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;
- IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;
- X - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;
- XI - dar suporte à elaboração da tomadas de contas;
- XII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e
- XIII - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

**SMP - Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:**

- I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;
- III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo CBPF;
- IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;
- V - prover as necessidades de material;
- VI - registrar e controlar os materiais em estoque;
- VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;
- VIII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;

- IX - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;
- X - preparar os processos de dispensa de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;
- XI - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;
- XII - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;
- XIV - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;
- XV - classificar, registrar, cadastrar e tomba bens patrimoniais;
- XVI - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;
- XVII - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;
- XVIII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;
- XIX - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;
- XX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuadas baixas; e
- XXI - atuar em outras atividades que lhe forem solicitadas pertinentes à sua área de competência.

**SAA - Ao Serviço de Apoio Administrativo e Infraestrutura compete:**

- I - elaborar o Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura da instituição, bem como o planejamento anual de recursos para a manutenção e enriquecimento da infraestrutura, incluindo, entre outros, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;
- II - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica e telefonia e rádio-chamadas;
- III - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;
- IV - supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;
- V - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências do CBPF;
- VI - acompanhar e providenciar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;
- VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto à operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;



IX - gerenciar a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para diminuir seus gastos; e  
XI - atuar em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

### **3.7 Macroprocessos finalísticos**

AÇÃO – 19.571.2021.20UM – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0001

#### METAS

- Reforçar as áreas de pesquisa tradicionalmente desenvolvidas no CBPF, como Física de Altas Energias, Física Teórica, Cosmologia, Física da Matéria Condensada, Física de Sistemas Biológicos e Biomateriais, Física Aplicada, Física Computacional, Instrumentação Científica, etc, priorizando algumas linhas de pesquisa em que a instituição possa alcançar uma posição de liderança no cenário nacional;
- Estabelecer o CBPF como instituição de referência para a comunidade brasileira de Física, com atuação destacada na promoção de novos desenvolvimentos científicos, na consolidação e operação de grandes colaborações nacionais e internacionais, na especialização e fixação de novos pesquisadores e na implantação de laboratórios multiusuários abertos à comunidade; e
- Desenvolver novas áreas de atuação, tanto na pesquisa científica de fronteira como na tecnológica, incluindo implantação de infraestrutura científica adequada, que sejam relevantes para o desenvolvimento soberano e sustentável da ciência e tecnologia no País.

Cumpra-se destacar que os serviços e produtos dos respectivos macroprocessos finalísticos dizem respeito à formação de recursos humanos e publicações de novas descobertas/avanços em pesquisas físicas básicas e aplicadas produzidas pela UJ, contribuindo para o desenvolvimento da inovação tecnológica. Clientes imediatos são pesquisadores de física em geral, e, mediatamente, a sociedade brasileira, que recebe as vantagens do patrimônio de conhecimento científico gerado. Não há subunidades na UJ, mas coordenações e serviços, que em conjunto são responsáveis pelos macroprocessos finalísticos apontados. Entretanto, como a atividade-fim é a pesquisa, as coordenações científicas possuem um papel protuberante nesse sentido. Outrossim, reconhece-se que a área de comunicação social, representada pelo Núcleo de Comunicação Social do CBPF, é estratégica para o alcance do fortalecimento da imagem institucional.

PO: 19.571.2021.20UM.0001.0002 - APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS

#### METAS

- Promover o avanço científico e tecnológico da investigação das propriedades das partículas e suas interações fundamentais, através da consolidação e ampliação dos programas de pesquisa em física de altas energias.
- Coordenar as atividades de grupos atuantes em Física de Altas Energias e, em particular, as atividades associadas às grandes colaborações internacionais.

No caso específico dessas metas, a coordenação desta unidade prestadora de contas (UPC) responsável é a LAFEX/CBPF.

## **4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

### **4.1 Planejamento organizacional**

O planejamento organizacional do CBPF é realizado principalmente por meio dos seguintes instrumentos de gestão: Plano Plurianual (PPA), Orçamento Anual (OA), Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), Plano Diretor da Unidade (PDU) e Termo de Compromisso de Gestão (TCG).

O documento específico que orienta as atividades da instituição de acordo com metas estabelecidas a cada quinquênio é o PDU. O ano de 2015 foi certamente marcado pelo fim do período de vigência do PDU 2011-2015, iniciando-se na UPC um trabalho de confecção do próximo PDU, que regerá as ações da unidade de 2016 a 2020. Em 2015, reunião do COCI aprovou a comissão indicada pelo diretor do CBPF para ser responsável pela elaboração do Plano, presidida pela Analista em C&T Márcia Reis.

Quanto ao planejamento especificamente voltado às ações de 2015, cumpre destacar que o contingenciamento de gastos afetou significativamente as atividades do Centro. O Diretor não se reuniu com o Conselho de Assessoramento (CAS), formado pelos coordenadores da UPC, e as divisões de recursos para Coordenações não foram efetuadas. Todo o recurso orçamentário do CBPF em 2015 foi destinado às despesas fixas de manutenção das atividades da UPC.

### **4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

Os indicadores de monitoramento e avaliação da execução e dos resultados do planejamento de atividades executadas na UPC estão definidos no Termo de Compromisso de Gestão, sendo eles geralmente relativos ao número de trabalhos científicos publicados em revistas indexadas ou relatórios em temas de Física, número de eventos científicos realizados, número de pesquisadores visitantes e pós-doutores atraídos pela UPC, número de citações de trabalhos científicos produzidos, expansão da infraestrutura, participação da inovação através do intercâmbio de pesquisadores entre empresas e UPC, formação de recursos humanos através de número de diplomados em pós-graduação de Física e número de produções oriundas da formação de recursos humanos. O monitoramento e avaliação do TCG é realizado pela Subsecretaria das Unidades de Pesquisa (Scup/MCTI), além da própria UPC. A lista de tipos de indicadores da UPC é a seguinte:

Os **indicadores físicos e operacionais** são os seguintes: IPUB – Índice de Publicações, IGPUB – Índice Geral de Publicações, PPACN – Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional, PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos, PPBD – Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos, IODT – Índice de Orientação de Dissertações e Teses Defendidas, TPTD – Índice de Trabalhos Publicados por Tese

Defendida por ano no CBPF, PD – Índice de Pós-Docs, PV – Índice de Pesquisadores Visitantes.

Os **indicadores administrativos e financeiros** são os seguintes: APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento, RRP – Relação entre Receita Própria e OCC, IEO – Índice de Execução Orçamentária.

Os **indicadores de recursos humanos** são: ICT – Índice de Capacitação e Treinamento, PRB - Participação Relativa de Bolsistas, NTS – Número Total de Servidores, PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado.

O **indicador de inclusão social** é o PPDS – Programas e Projetos Diretos para a Sociedade.

Avalia-se que os indicadores da UPC ainda são de ordem essencialmente quantitativa. Estuda-se a melhora desses indicadores para incorporar também, na medida do possível, o aspecto qualitativo do desempenho da UPC.

### 4.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário da UPC será demonstrado nos quadros apresentados a seguir.

#### 4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Quadro - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS						
Identificação da Ação						
Código	20UM			Tipo:	PO 0001	
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS					
Iniciativa	182					
Objetivo	403		Código			
Programa	2021		Código	Tipo:		
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
868.500,00	868.500,00	868.500,00	851.897,08	851.897,08	0,00	869.391,32
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
135.616,99	912,86	127.108,79				

Quadro - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS						
Identificação da Ação						
Código	20UM				Tipo:	PO 0002
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - RENAFAE					
Iniciativa	182					
Objetivo	403		Código			
Programa	2021		Código	2021	Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
783.000,00	783.000,00	783.000,00	783.000,00	783.000,00	0,00	485.139,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.244,92	0,00	2.284,92				

#### 4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC-OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2000				Tipo:	2106
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	2106		Código		Tipo:	
Unidade Orçamentária	24101					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.889.109,00	8.889.109,00	8.889.109,00	7.620.038,44	7.620.038,44	0,00	628.564,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
40.016,47	0,00	0,00				

#### 4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em 2015 a execução esteve restrita apenas às despesas de manutenção do instituto e com pessoal terceirizado. As atividades de pesquisa e desenvolvimento do CBPF foram mantidas pela inércia decorrente de investimentos feitos no passado recente e de recursos de convênios e auxílios obtidos junto a agências de fomento e empresas.

Como sempre destacado nos relatórios da UPC, a elevada faixa etária do corpo de servidores, e a pouca capacitação na área de gestão, sem que exista qualquer perspectiva de reposição via concurso no curto prazo das aposentadorias, ameaçam fortemente a eficiência administrativa, que é uma das características mais marcantes do CBPF, já que os cargos de analista e assistente em C&T são os que mais se ressentem deste fato.

O orçamento anual na rubrica custeio encontra-se aquém do necessário em aproximadamente R\$ 5.000.000,00. Conforme demonstrado no Indicador APD (Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento) somente 8% do orçamento foram utilizados efetivamente nas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Embora a SCUP venha se empenhando para suprir essa demanda através de repasses via Termos de Descentralização de Crédito (TEDs), que em 2015 totalizaram R\$ 5.305.938,39, submetidos pela Unidade, ressalta-se a necessidade de se recompor o orçamento visando ao cumprimento da missão e das obrigações institucionais.

#### **4.3.4 Demonstrativo da execução das despesas**

Quadro – Programação de Despesas						
Unidade Orçamentária:		Código UO: 24101		UGO: 240120		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		0,00	0,00	10.550.609,00		
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	0,00	0,00	3.908.985,74		
	Especiais	Abertos	0,00	0,00		
		Reabertos	0,00	0,00		
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00		
		Reabertos	0,00	0,00		
	Créditos Cancelados		0,00	0,00		
Outras Operações		0,00	0,00			
Dotação final 2015 (A)		0,00	0,00	14.459.594,74		
Dotação final 2014(B)		0,00	0,00	14.381.547,52		
Variação (A/B-1)*100		0,00	0,00	0,54		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital				
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência	
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	1.406.952,65	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos		0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos		0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados			0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2015 (A)		1.406.952,65	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014(B)		1.217.350,00	0,00	0,00	0,00	
Variação (A/B-1)*100		15,57503183	0	0	0	
NOTA EXPLICATIVA						
Houve liberação de limite orçamentário pelo MCTI em:			R\$ 1.200.000,00			
Houve remanejamento de dotação orçamentária de capital para custeio para atender as necessidades do Centro com despesas de custeio.						
Valor contingenciado da LOA 2015 em:			R\$ 1.040.363,00			
Valor com despesas de pessoal remetido pelo MCTI			R\$ 68.047,22			
Houve troca orçamentária entre o CBPF eo ON - Custeio para capital no valor de R\$ 10.000,00						

**Quadro – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas			
Fonte: 01000000000			
Origem da	UG	Classificação	Despesas Correntes

Movimentação	Concedente	Recebedora	da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	0,00	0,00	2.683.167,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	0,00	0,00	300.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240110	240120	6147	0,00	0,00	800.000,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	6702	0,00	0,00	9.771,52
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240118	240120	20US	0,00	0,00	38.000,00
Concedidos	240120	240126	2000	0,00	0,00	10.000,00
Recebidos	240133	240120	2000	58.537,54	0,00	0,00
Concedidos	0	-	0	0,00	0,00	0,00
Recebidos	240133	240120	2004	9.509,68	0,00	0,00
<b>TOTAL CUSTEIO</b>				<b>68.047,22</b>	<b>0,00</b>	<b>3.840.938,52</b>
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	589.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240113	240120	20V7	394.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240123	240120	4139	21.392,65	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240112	240120	20US	300.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240118	240120	6702	12.000,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240118	240121	2000	80.560,00	0,00	0,00
Concedidos	-	-	-	-	0,00	0,00
Recebidos	240126	240120	2000	-	0,00	0,00



				10.000,00		
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>				1.406.952,65	0,00	0,00
Fonte: SIAFI				<b>TOTAL OCC</b>	<b>5.315.938,39</b>	

Análise crítica: Dos valores recebidos, R\$ 5.315.938,39, R\$ 5.237.891,17 foram recebidos por TDC - Termo de Descentralização de Crédito, reforço extra no orçamento 2015 insuficiente da Unidade, liberado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para complementar despesas de custeio e capital. Valor de R\$ 68.047,22, refere-se a repasses para custeio de despesas com pessoal e R\$ 10.000,00 corresponde à troca de orçamento de custeio para capital, entre o CBPF e o ON (Observatório Nacional, que também é instituto do MCTI).

Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total				
Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>6.573.822,88</b>	<b>5.458.645,96</b>	<b>6.573.822,88</b>	<b>5.458.645,96</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	6.573.822,88	5.458.645,96	6.573.822,88	5.458.645,96
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.621.053,62</b>	<b>3.983.725,33</b>	<b>2.621.053,62</b>	<b>3.983.725,33</b>
h) Dispensa	2.518.591,07	3.866.402,91	2.518.591,07	3.866.402,91
i) Inexigibilidade	102.462,55	117.322,42	102.462,55	117.322,42
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>4.515,12</b>	<b>9.833,47</b>	<b>4.515,12</b>	<b>9.833,47</b>
j) Suprimento de Fundos	4.515,12	9.833,47	4.515,12	9.833,47
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>2.304,80</b>	<b>6.357,69</b>	<b>2.304,80</b>	<b>6.357,69</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.304,80	6.357,69	2.304,80	6.357,69
<b>5. Outros</b>	<b>53.238,10</b>	<b>43.407,10</b>	<b>53.238,10</b>	<b>43.407,10</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>9.254.934,52</b>	<b>9.501.969,55</b>	<b>9.254.934,52</b>	<b>9.501.969,55</b>

**Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:					
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
<b>1. Pessoal</b>									
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
<b>339030-Mat. Consumo</b>	420.732,12	312.056,75	232.672,20	288.092,79	23.963,96	73.913,64	242.882,70	350.077,75	
<b>339037-Loc.Mão-de-Obra</b>	6.556.591,51	6.121.262,20	6.383.106,65	5.890.239,84	231.022,36	290.493,49	6.612.155,90	5.539.577,56	
<b>339039-Out.serv.Terceiros</b>	3.431.499,35	3.642.778,82	2.526.922,45	2.243.573,03	1.406.298,86	611.086,37	3.860.980,80	2.494.050,05	
Demais elementos do grupo	131.786,02	191.616,23	112.234,22	184.523,16	0,00	46.359,54	112.234,22	230.882,69	
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>10.540.609,00</b>	<b>10.267.714,00</b>	<b>9.254.935,52</b>	<b>8.606.428,82</b>	<b>1.661.285,18</b>	<b>1.021.853,04</b>	<b>10.828.253,62</b>	<b>8.614.588,05</b>	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
<b>4. Investimentos</b>									
<b>449039-Out.Serv. Terceiros</b>	0,00	8.132,00	0,00	8.132,00	0,00	1.290,40	0,00	9.422,40	
<b>449052-Equip.Mat. Permanente</b>	0,00	1.209.218,00	0,00	887.408,73	321.809,27	781.454,52	315.774,58	1.522.404,90	
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>0,00</b>	<b>1.217.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>895.540,73</b>	<b>321.809,27</b>	<b>782.744,92</b>	<b>315.774,58</b>	<b>1.531.827,30</b>	
<b>5. Inversões Financeiras</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
<b>6. Amortização da Dívida</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

**Quadro – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>0,00</b>	<b>69.900,00</b>	<b>0,00</b>	<b>69.900,00</b>
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	0,00	69.900,00	0,00	69.900,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.614.772,89</b>	<b>1.177.266,16</b>	<b>2.614.772,89</b>	<b>1.177.266,16</b>
h) Dispensa	2.614.772,89	1.157.748,62	2.614.772,89	1.157.748,62
i) Inexigibilidade	0,00	19.517,54	0,00	19.517,54
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5. Outros</b>	<b>62.219,73</b>	<b>58.035,08</b>	<b>62.219,73</b>	<b>58.038,08</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.676.992,62</b>	<b>1.305.201,24</b>	<b>2.676.992,62</b>	<b>1.305.204,24</b>

**Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Pessoal</b>								
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
<b>339030-Mat. De consumo</b>	741.238,28	457.832,29	598.705,30	268.274,61	322.046,98	97.419,85	800.022,89	1.265.597,46
<b>339039-Out. Sewrv. Terceiros</b>	2.950.507,37	1.005.256,05	1.164.845,19	819.481,89	555.673,66	1.046.010,08	1.604.601,72	1.865.491,97
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	207.240,09	622.489,35	199.360,09	389.138,71	4.550,00	15.990,00	199.360,09	405.128,71
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>3.898.985,74</b>	<b>2.085.577,69</b>	<b>1.962.910,58</b>	<b>1.476.895,21</b>	<b>882.270,64</b>	<b>1.159.419,93</b>	<b>2.603.984,70</b>	<b>3.536.218,14</b>
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>								
<b>449039-Out.Serv.Terceros</b>	1.154,00	6.471,60	1.154,00	6.471,60	0,00	0,00	1.154,00	6.471,60
<b>449051-Obras e Inst.</b>	0,00	180.000,00	0,00	7.980,00	172.020,00	0,00	172.020,00	7.980,00
<b>Equip.Mat.Permanente</b>	1.405.798,65	526.808,54	712.928,04	281.886,46	300.451,48	4.653.662,09	768.456,45	4.935.548,55
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GRUPO</b>	<b>1.406.952,65</b>	<b>713.280,14</b>	<b>714.082,04</b>	<b>296.338,06</b>	<b>472.471,48</b>	<b>4.653.662,09</b>	<b>941.630,45</b>	<b>4.950.000,15</b>
<b>5. Inversões Financeiras</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>6. Amortização da Dívida</b>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
1º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
3º elemento de despesa	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Demais elementos do grupo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

**4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores**
**Quadro – Restos a pagar em exercícios anteriores**

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	0	0	0	0
Restos a Pagar Não Processados				

Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	414.695,52	81.931,81	233.503,56	99.260,15
2012	93,10	93,10	-	-
2011	14.447,55	-	-	14.447,55

FONTE: SIAFI

#### 4.3.6 Suprimento de fundos

Quadro – Concessão de suprimento de fundos							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	240120	CBPF	-	0,00	4	4.515,12	1.600,00
			-	0,00	-	0,00	0,00
2014	240120	CBPF	-	0,00	8	9.833,47	3.200,00
			-	0,00	-	0,00	0,00

Fonte: siafi

#### Quadro – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	240120	CBPF	-	0,00	4	30,25	4.484,87	4.515,12
								0,00
2014	240120	CBPF	-	0,00	3	1.121,99	8.711,48	9.833,47
								0,00

Fonte: Siafi

#### Quadro – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
240120	CBPF	339030	1	545,18
			9	511,27
			11	177,50
			24	1.105,14
			25	1.032,90
			26	147,26
			28	60,00
			29	250,00
			42	32,90
			44	24,90

		<b>339039</b>	<b>16</b>	<b>75,00</b>
			<b>19</b>	<b>522,82</b>
			<b>66</b>	<b>30,25</b>
		<b>TOTAL</b>		<b>4.515,12</b>

FONTE: SIAFI

## **5 GOVERNANÇA**

### **5.1 Descrição das estruturas de governança**

As estruturas de governança do CBPF estão descritas no organograma apresentado no item 3.6 deste Relatório. Correspondem às Coordenações TEO, LAFEX, EXP, ICRA, APL, CCI, CAT, CDI, CFC e CAD (Coordenação de Administração), sendo que, nesta última, existe uma divisão de Serviços: SAA (Serviço de Apoio Administrativo), SEF (Serviço Financeiro), SMP (Serviço de Material e Patrimônio) e SRH (Serviço de Recursos Humanos). Acima das Coordenações se situa a Diretoria da UPC, assessorada pelos órgãos colegiados: Conselho Científico Assessor (COCI) e Conselho Técnico Científico (CTC). O Conselho de Assessoramento (CAS) é composto pelos coordenadores da instituição e se reúne tradicionalmente, porém não está institucionalizado formalmente (não há nenhuma portaria regulamentando-o).

Cada Coordenação possui um coordenador e um coordenador substituto. A indicação desses dirigentes é feita segundo a Portaria CBPF/MCTI nº 59, de 30/11/2007.

A Diretoria do CBPF é composta pelo Diretor, uma secretária e dois assistentes administrativos. Em 2015 a UPC passou por processo de escolha de seu novo diretor. O professor da PUC-Rio Fernando Lázaro Freire Júnior cumpriu quatro anos de mandato e foi sucedido pelo atual diretor, que assumiu o cargo no final de 2015, Ronald Cintra Shellard, pesquisador do CBPF. A escolha foi realizada mediante indicação de lista tríplice de um Comitê de Busca ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais (CCI) é tradicionalmente coordenada pelo diretor-substituto da UPC, funcionando como espécie de assessoria executiva da Diretoria. Além do coordenador, a CCI é composta por 3 Analistas em C&T: duas com título de Doutorado e uma doutoranda.

Cumprir destacar que, com a transição do dirigente máximo do CBPF, toda essa estrutura de governança entrou em discussão. Estuda-se uma reformulação regimental para melhor atender às necessidades de desenvolvimento institucional da UPC.

### **5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados**

#### **Dirigentes**

Do final do ano de 2011 até o final de 2015, dirigiu o CBPF o físico Fernando Lázaro Freire Júnior. Lázaro pesquisa materiais nanoestruturados à base de carbono, tais como filmes finos, nanotubos e grafeno, fez toda sua formação e boa parte do seu percurso profissional na Física da PUC-Rio, departamento que dirigiu entre 2003 e 2008 e onde é professor desde 1985. Lázaro é autor de cerca de 150 artigos científicos que receberam

mais de duas mil citações, tendo sido premiado pela CAPES-ISI em 2000 pelo trabalho de autoria exclusivamente brasileira mais citado na área de Materiais na década de 1990. Na FAPERJ, onde coordena a área de física e astronomia, esteve à frente do Instituto Virtual de Nanociência e Nanotecnologia, núcleo que organizou as primeiras iniciativas do Estado nesse tema. Foi ainda presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais (SBPMat) e coeditor da *Europhysics Letters*, revista publicada pela *European Physical Society* e de cujo conselho editorial ainda participa.

No ano passado, assume a Direção da UPC Ronald Cintra Shellard, pesquisador da própria UPC. Trabalha na área da Física das Altas Energias, com ênfase no estudo da radiação cósmica, que hoje toma o nome de Física das Astropartículas. Durante a década de 1990 participou do experimento DELPHI, no CERN, dedicado ao estudo das colisões elétrons-pósitrons em altas energias. Hoje é um dos líderes do Observatório Pierre Auger, uma colaboração que tem como objetivo a medida raios cósmicos com energias 100 vezes maiores que no LHC.

### Coordenadores

TEO	Física Teórica	Evaldo Curado	Pesquisador	desde 13/06/2013
LAFEX	Física Experimental de Altas Energias	Ignácio Alfonso	Pesquisador	desde 13/06/2013
EXP	Física Experimental de Baixas Energias	Rubem Sommer	Pesquisador	desde 07/03/2013
APL	Física Aplicada	Alexandre Rossi	Pesquisador	desde 13/06/2013
ICRA	Cosmologia, Relatividade e Astrofísica	Gilvan Alves	Pesquisador	desde 30/09/2014
CAT	Atividades Técnicas	Márcio Albuquerque	Tecnologista	desde 04/07/2014
CDI	Documentação e Informação	Alfredo Ozorio	Pesquisador	desde 25/09/2013
CCI	Colaborações Científicas	Ivan Oliveira Jr.	Pesquisador	desde 15/08/2013 até 30/11/2015
		Márcia Reis	Analista em C&T	desde 01/12/2015
CFC	Formação Científica	Itzhak Roditi	Pesquisador	desde 15/08/2013
CAD	Administração	Francisco Leonardo	Assistente em C&T	desde 12/09/2000

### Chefes de Serviços

SRH	Recursos Humanos	Márcia Cristina	Assistente em C&T	desde 18/04/2013
SEF	Financeiro	Raimundo Nonato	Assistente em C&T	desde 08/03/1999
SMP	Material e Patrimônio	Eduardo Mendonça	Assistente em C&T	desde 05/03/2007
SAA	Apoio e Infraestrutura	Alexandre Costa	Analista em C&T	desde 05/09/2014

### Membros do COCI:

#### DIRETOR

Ronald Cintra Shellard

## COORDENADORES CIENTÍFICOS E DE FORMAÇÃO CIENTÍFICA

Alexandre Malta Rossi, APL

Evaldo Mendonça Fleury Curado, TEO

Ignacio Bediaga e Hickman, LAFEX

Rubem Luis Sommer, EXP

Gilvan Augusto Alves, ICRA

Itzhak Roditi, CFC

Marcio Portes de Albuquerque, CAT

Márcia de Oliveira Reis Brandão, CCI

## REPRESENTANTES DOS PESQUISADORES TITULARES

Nami Fux Svaiter, Titular

Mucio Amado Continentino, Suplente

## REPRESENTANTES DOS PESQUISADORES ASSOCIADOS

Sebastiao Alves Dias, Titular

Helio da Motta Filho, Suplente

## REPRESENTANTES DOS PESQUISADORES ADJUNTOS

Arthur Marques Moraes, Titular

Eduardo Matzenbacher, Suplente

## REPRESENTANTE DOS TECNOLOGISTAS

Ismar Thomaz Jabur, Titular

Marcos de Castro Carvalho, Suplente

## MEMBROS INDICADOS

Alfredo Miguel Ozorio de Almeida

Arthur Kos Maciel

Luiz Sampaio Lima

## REPRESENTANTE DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Gabriel Silva, Titular



Erich Cavalcanti , Suplente

Portaria nº 10848, de 14/10/2014 (DOU nº 198), do Gabinete do Ministro do MCTI designa os seguintes membros do Conselho-Técnico Científico do CBPF:

I - Representantes do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico:

- a) Nami Fux Svaiter;
- b) Ignacio Alfonso de Bediaga e Hickman; e
- c) Marcelo Portes de Albuquerque (Reconduzido).

II - Dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CBPF:

- a) José Carlos Bressiani, Superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN/CNEN; e
- b) Antonio José Roque Da Silva (Reconduzido), Diretor-Geral do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron - LNLS.

III - Representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CBPF:

- a) Jacobus Willibrordus Swart, do Departamento de Semicondutores, Instrumentos e Fotônica, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp;
- b) Arthur Martins Barbosa Braga, do Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; e
- c) Jerson Lima Da Silva (Reconduzido), do Instituto de Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.
- d) Carlos Alberto de Aragão de Carvalho Filho - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- e) Amir Ordacgi Caldeira, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (Suplente)

### **5.3 Papéis e funcionamento dos colegiados**

O **Comitê Científico Assessor – COCI** é um órgão consultivo e suas decisões terão caráter subsidiário para ações da Diretoria, devendo ser submetidas à aprovação do Comitê Técnico Científico, sempre que necessário. Ao COCI compete:

- Sugerir políticas científicas ao CBPF e acompanhar sua execução.
- Propor normas e supervisionar a distribuição de espaço para laboratórios e grupos de pesquisa.
- Emitir pareceres para orientar decisões do Diretor e do CTC, na análise de questões de ética e de conflito entre pesquisadores e grupos de pesquisa do CBPF.
- Formular e analisar propostas de colaboração e intercâmbio com outras instituições científicas do País e do exterior, incluindo participação em grandes projetos internacionais.
- Formular e supervisionar o programa de pesquisadores associados.
- Analisar propostas de pesquisador emérito para encaminhamento ao CTC.
- Propor a indicação de nomes para composição das comissões de avaliação de promoções e progressão na carreira dos funcionários do CBPF.
- Analisar propostas de organização de eventos pelo CBPF.
- Propor normas e supervisionar o Programa de Formação Científica do CBPF.
- Analisar propostas de criação e extinção de coordenações e serviços de apoio.
- Analisar relatórios científicos a serem submetidos ao CTC e organismos externos.

De acordo com a Portaria CBPF/MCTI nº10/2001, a composição do COCI será baseada nas três categorias explicitadas a seguir.

**Membros natos:** Diretor; Coordenadores das coordenações científicas e de formação científica.

**Membros eleitos:** um tecnologista sênior; um aluno de pós-graduação; um representante para cada categoria da carreira de pesquisa (Titular, Associado, Adjunto).

#### **Três pesquisadores indicados diretamente pelo Diretor**

Os suplentes são os candidatos colocados em segundo lugar na apuração dos votos. As reuniões do COCI acontecem uma vez por mês.

O **Conselho Técnico-Científico**, instituído pela Portaria nº 638, de 01/10/2008, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, é uma unidade colegiada com função de orientação e assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF. A ele compete:

- Apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica do CBPF e suas prioridades;

- Pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;
- Acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;
- Acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCT;
- Participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao CBPF, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e
- Apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo diretor.

O CAS (Conselho de Assessoramento) não está constituído formalmente, mas é um órgão colegiado que reúne todos os coordenadores do CBPF para fins de planejamento financeiro (basicamente destinado à divisão de recursos orçamentários).

Apesar de tratarem sobre diversos assuntos de gestão da UPC, os principais órgãos colegiados do CBPF (COCI e CTC) garantem a participação de carreiras de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, porém excluem a carreira de gestão. No CBPF, existe um corpo de 30 servidores da área de gestão de ciência, tecnologia e inovação, entre analistas (nível superior) e assistentes (nível médio), que garante o funcionamento gerencial e administrativo da instituição. Com o advento da nova Diretoria, no final de 2015, atualmente se estuda a alteração da composição desses órgãos colegiados da UPC a fim de incluir representação também de seus servidores da carreira de gestão.

#### **5.4 Informações sobre a comissão de avaliação do compromisso de gestão**

A avaliação do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) do CBPF é realizada anualmente pela verificação do cumprimento das metas acordadas junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A comissão avaliadora é composta por dois representantes da Scup/MCTI, dois representantes do CBPF e pelo menos um membro externo do Conselho Técnico-Científico (CTC) do CBPF. Esta comissão realiza sua avaliação com base no Relatório Anual do Termo de Compromisso de Gestão que, conforme estabelecido no próprio TCG, deve ser encaminhado ao MCTI até o dia 30 do mês subsequente ao encerramento do semestre civil.

#### **5.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**

Embora não formalizada uma estrutura na UPC com a função de um Sistema de Correição da Unidade, comissões são instituídas quando necessário para resolver os

casos surgidos. Em relação a 2015, não há ocorrência para atividades de correção e/ou apuração de ilícitos administrativos.

## **5.6 Gestão de riscos e controles internos**

A gestão de riscos e controles internos vem sendo fortemente afetada pela insuficiência de recursos humanos e da capacitação dos recursos humanos da área de gestão e infraestrutura na UPC. O quadro atual de servidores efetivos da área de gestão é composto por 22 Assistentes em C&T e 8 Analistas em C&T. Grande parte desses servidores, muitos com mais de 25 anos de serviço, ingressou no quadro da instituição antes da obrigatoriedade de concurso público, o que explica parcialmente a necessidade de maior capacitação. As delegações de autoridade e competência, assim como as definições das responsabilidades só estão claramente definidas em seu Regimento Interno para os cargos de coordenadores e chefes de serviço, e, no atual organograma do CBPF, servidores públicos de nível médio (Assistentes em C&T) chefiam servidores de nível superior (Analistas em C&T). Em geral, os procedimentos e as instruções operacionais de gestão não estão estabelecidos em documentos formais. Com isso, um grande risco em que a UPC incide é a retenção de conhecimentos de rotinas de trabalho exclusivamente a um funcionário da área – com frequência aposentável – e, conseqüentemente, sobrecarregado em suas atividades.

Esses fatos, além de representarem um risco em si para o desempenho da UPC, compromete a gestão de seus riscos e controles internos. A conscientização sobre esse risco tem aumentado aos poucos, bastante em função de recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU), entretanto, sem a realização de concursos públicos, as medidas que podem ser adotadas pela direção são limitadas. Reconhecendo a elevada capacitação de parte dos Analistas que ingressaram nos últimos concursos públicos e o potencial nível de aproveitamento desses recursos humanos, cuja remuneração equivale à de pesquisadores e tecnologistas, a nova direção da UPC pretende iniciar um programa de treinamento para os novos analistas e aqueles que ingressem por transferência visando capacitá-los para gradualmente ocuparem cargos e funções estratégicas para a gestão da unidade.

Os riscos relacionados aos recursos humanos da UPC estão ligados a uma questão de fundo, qual seja, a insuficiência de investimentos no CBPF para aprimorar o cumprimento de sua missão institucional como parte de política científica estatal estratégica para o desenvolvimento do país.

Quanto à avaliação de riscos, cabe destacar que os objetivos e as metas da unidade estão formalizados no Plano Diretor da Unidade (PDU) e no Termo de Compromisso de Gestão (TCG). No âmbito dos órgãos colegiados do CBPF são realizadas as avaliações que revelam diagnósticos dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los. Embora as deliberações e decisões de gestão sejam realizadas prioritariamente nesses órgãos colegiados (CTC, COCI e CAS), não está prevista a participação de servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade, porém as atas das reuniões são divulgadas a todos por meio de uma lista de e-mails de servidores e terceirizados da UPC, a “CBPF News”.

Em 2015, um grupo de trabalho da UPC elaborou um Guia de Boas Práticas nas atividades de pesquisa do CBPF, em relação à integridade da pesquisa científica (Portaria nº 08, de 27 de abril de 2015). Porém, não há um código similar para procedimentos de gestão da UPC, pois as normas gerais de ética aplicáveis aos servidores públicos civis federais têm atendido ao funcionamento ético da UPC. A avaliação da necessidade de elaboração de um guia de boas práticas na gestão da UPC será realizada em 2016 por um grupo de trabalho de servidores.

Quanto ao controle dos riscos ao patrimônio, a UPC tem norma para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de sua responsabilidade, cuja aplicação é efetiva e bem-sucedida.

Em que pesem algumas falhas no tocante ao controle e avaliação dos riscos, a UPC está em bom funcionamento há 67 anos e vive um processo natural de modernização de sua gestão pública, que, aos poucos, e com o auxílio dos órgãos de controle, vem incorporando as práticas mais atuais informadas pelos novos princípios e modelos da Administração Pública.

## **6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **6.1 Canais de acesso do cidadão**

A unidade possui balcão de atendimento ao cidadão logo na entrada de seu edifício-sede, contendo computador com acesso ao e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão), com base na LAI (Lei de Acesso à Informação). Além disso, o atendimento realizado diretamente através do e-SIC é célere, sempre com observância dos prazos. O portal do CBPF na Internet obedece ao padrão oficial, dispondo de uma barra horizontal no topo da página para acesso à informação, legislação e participação. No menu lateral, há um link chamado “Acesso à Informação”. Nesta página (<http://portal.cbpf.br/acesso-a-informacao>), também na parte lateral, qualquer interessado pode clicar para acessar informações sobre: Institucional; Ações e Programas; Auditorias; Convênios; Despesas; Licitações e Contratos; Servidores; Perguntas Frequentes; Serviço de atendimento ao cidadão-SIC; Informações Classificadas; Sobre a LAI e Regimentos e Portarias.

A unidade também possui perfis nas mídias sociais, frequentemente atualizadas, que permitem interação eficaz com o público, sobretudo a página mantida no *Facebook*: <https://www.facebook.com/cbpf.mcti>, Twitter: @CBPF\_MCTI e Instagram: CBPFOFICIAL.

### **6.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

A orientação da Direção anterior do CBPF era no sentido de que não caberia a esta unidade uma “Carta de Serviços ao Cidadão”, por ser um instituto de pesquisa. Entendia-se que, por esta sua natureza, a unidade não teria usuários de produtos e/ou serviços propriamente ditos, como consumidores da prestação de atividade-fim realizada (pesquisa). Porém, a orientação mudou no exercício de 2015, razão pela qual está em desenvolvimento uma Carta de Serviços ao Cidadão. Além de a unidade desenvolver atividades voltadas à sociedade em geral pela divulgação científica, também oferece cursos de pós-graduação e acesso a suas instalações de laboratórios e bibliotecas, revelando-se seu intenso relacionamento com usuários diretos de suas atividades. Além disso, ficou evidenciado que a realização de pesquisa científica se relaciona fortemente com a sociedade pela promoção e pelo avanço do conhecimento, bem como pela possibilidade de frutífera interação com a indústria nacional via inovação tecnológica.

### **6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

Na esteira do exposto no item anterior (6.2), os mecanismos para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários estão em fase de planejamento.

### **6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

Além da disponibilização dos relatórios oficiais de prestação de contas no portal da unidade na rede mundial de computadores (Internet), [www.cbpf.br](http://www.cbpf.br), o CBPF se esforça

em divulgar suas atividades através de notas informativas elaboradas pelo Núcleo de Comunicação Social NCS/CBPF, atualmente integrante da Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais (CCI). Essas notas são publicadas no portal eletrônico e nas suas redes sociais da unidade e, ainda, enviadas por e-mail a milhares de endereços cadastrados pelo boletim informativo *Informe CBPF*. Qualquer pessoa pode se cadastrar facilmente para receber o Informe acessando o [link http://cbpfweb.cbpf.br/boletim/?pgn=Assinar](http://cbpfweb.cbpf.br/boletim/?pgn=Assinar).

## **6.5 Formas de participação cidadã nos processos decisórios**

Além dos canais de comunicação das mídias sociais na Internet e do Sistema de Acesso à Informação, os cidadãos podem enviar contribuições aos processos decisórios da unidade pelo e-mail do Núcleo de Comunicação Social do CBPF ([ncs\\_cbpf@cbpf.br](mailto:ncs_cbpf@cbpf.br)).

## **6.6 Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários**

A avaliação institucional do CBPF tem obtido grandes marcas: seu programa de pós-graduação é avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a nota máxima (7), e, de acordo com o prestigioso ranking internacional SCImago, o CBPF é a instituição brasileira que mais publica trabalhos científicos de excelência. A UPC recebeu, em 2006, o Prêmio José Reis de Divulgação Científica (CNPq).

Em consonância com essas avaliações institucionais, as avaliações do desempenho do CBPF pelos cidadãos-usuários se expressam predominantemente por meios informais, seja pela procura de pesquisadores de renome e de estudantes oriundos de diversos países que visitam e se interessam em manter vínculo com a instituição. Na página do CBPF no Facebook, a avaliação dos usuários é de 5 estrelas (máxima avaliação de boa qualidade).

Contudo, como a instituição ainda não estabeleceu mecanismos para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, não é possível afirmar com mais clareza qual é a avaliação dos mesmos sobre a entrega dos produtos e serviços das atividades desempenhadas pela UPC. De acordo com o item 6.3, esses mecanismos estão em desenvolvimento.

## **6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

As instalações do CBPF atendem às normas de acessibilidade, isto é, de possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 10.098/2000. Medidas de acessibilidade estão em vias de implementação no novo portal do CBPF na rede mundial de computadores (Internet),

para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis.



## **7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **7.1 Desempenho financeiro do exercício**

Tradicionalmente, o plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para a administração do CBPF em cada exercício é estabelecida na reunião da Comissão Assessora do CBPF (CAS), composta pelos coordenadores da instituição. Essa Comissão existe no CBPF consuetudinariamente, por tradição, mas ainda não existe uma portaria institucionalizando-a.

No ano de 2015, o orçamento do Poder Executivo Federal foi aprovado com bastante atraso e, mesmo quando liberado, sofreu um grande corte devido ao contingenciamento de despesas determinado em instâncias superiores da Administração Pública Federal, fatores que prejudicaram o planejamento institucional da UPC. Por tal razão, o desempenho financeiro da instituição se voltou apenas para honrar as despesas fixas.

### **7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior**

#### **7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão**

O programa de pós-graduação do CBPF possui como única fonte de financiamento, o programa PROEX da CAPES. Os programas de pós-graduação no País são avaliados e recebem uma nota entre 3 e 7, sendo 7 a nota máxima. Os programas 6 e 7 recebem recursos diretamente da CAPES, recursos estes que são administrados pelos coordenadores. O CBPF tem mantido grau 7 na CAPES há alguns anos, e esta é a forma de garantir a sustentabilidade financeira. Este grau 7 é resultado da alta qualidade do nosso programa, conseguida através de publicações de impacto, Dissertações e Teses de qualidade, observação dos prazos de conclusão dos mestrandos e doutorandos. O programa possui um conselho formado por membros das diversas coordenações científicas do CBPF. Este conselho avalia as atividades, avalia os docentes pertencentes ao quadro e fiscaliza as ações do programa, e os gastos dos recursos recebidos sempre no sentido de manter a excelência acadêmica do mesmo e em consequência o grau 7 na CAPES, o que tem garantido a injeção anual de recursos para cobrir as despesas de custeio do programa.

Embora a única fonte de recursos diretos, como mencionado, seja o programa PROEX da CAPES, os docentes do programa são incentivados a buscarem recursos para pesquisa através de editais regulares das agências de fomento à pesquisa, por exemplo, FAPERJ e CNPq, e recursos para realização de eventos científicos através da CAPES. Estes recursos individuais dos docentes, aliados aos recursos do PROEX, ajudam a

manter o funcionamento dos laboratórios e grupos de pesquisa e alavancam ainda mais a excelência em pesquisa do programa.

No âmbito do Programa de Capacitação Institucional (PCI), o projeto do biênio outubro 2015 – setembro 2017 dispõe de orçamento no valor total de R\$ 2.077.680,00 dos quais R\$ 324.000,00 são para bolsas DTI na área de inovação para o Arranjo NIT-Rio.

### **7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados**

A aplicação dos recursos do PROEX é acompanhada por uma prestação de contas junto à CAPES, a agência financiadora do mesmo. Quanto aos recursos individuais, a prestação de contas é feita pelos docentes a cada agência de fomento.

### **7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994**

Não existem projetos dos programas de pós-graduação do CBPF junto a nenhuma fundação de apoio.

### **7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

De acordo com o Serviço Financeiro – SEF/CBPF, a metodologia de apuração de custos ainda está em fase de finalização e definição de critérios por parte do setor competente da administração pública. Estando previsto para utilização no exercício de 2016.

### **7.4 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**

De acordo com o Serviço Financeiro do CBPF, a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativa ao exercício de 2015 se deu sem restrições, seguindo as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

### **7.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF			240120
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>Data</b>	<b>09 DE MARÇO DE 2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>RJ-082121/O-6</b>

**Quadro – Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF			240120
<p>Em cumprimento à IN STN 06, de 31 de outubro de 2007, com base nos princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, tabelas de evento, plano de contas e conformidade do registro de gestão, certificado do registro dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira, patrimonial e da existência dos documentos hábeis que comprovam as operações, declaro que, através da sua Setorial de Contabilidade de UG, executa o Registro de Conformidade Contábil em certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI, decorrente da execução orçamentária, financeira e patrimonial, com observância da aplicabilidade "Sem Restrição" em todos os meses do exercício de 2015, por não apresentar no 'CONDESAUD" intolerável ou permanente registro de inconsistência ou desequilíbrio em suas contas espelhado na atividade fim do órgão feitos nos registros de gestão diário.</p>			
<b>Local</b>	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>Data</b>	<b>09 DE MARÇO DE 2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>RJ-082121/O-6</b>

**7.6 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

Vide ANEXO.

Com base legal na Lei 4.320/64, 10.180/2001, PO/MF 184/2008 e a IN/SRF 162/1998 - Anexo I e II, NBC T 16.9, 16.10, foram estabelecidos as novas diretrizes para a prática, procedimento, elaboração e divulgação contábil a partir de 2010, com prazo máximo de ajustes em todas as contas até 2013, para a avaliação, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais públicos, em convergência com as Norma Internacional de Contabilidade Aplicada no Setor Público, para espelhar o real valor do imobilizado patrimonial.

A metodologia, normas, cálculos e taxas utilizadas para realizar a avaliação do imobilizado estão estabelecidos na MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.30.

O registro de depreciação é executado mensalmente de acordo com o método linear ou cotas constantes: distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo (QUOTA ANUAL DE DEPRECIACÃO = CUSTO VALOR RESIDUAL/Nº DE PERÍODO DE VIDA ÚTIL DO BEM):

Valor contábil bruto inicial - 01/01/2015.....R\$ 25.275.055,47

Valor contábil bruto final - 31/12/2015.....R\$ 29.649.220,99

Valor da depreciação inicial - 01/01/2015.....R\$ 9.445.769,11

Valor da depreciação final - 31/12/2015.....R\$ 10.858.269,79

Está em aprimoramento e definição por parte do setor competente da administração pública, a aplicação da metodologia no imobilizado intangível apartir do exercício de 2016.

A utilização dos critérios das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 deu uma nova visão do real valor patrimonial dos bens da instituição, facilitando as tomadas de decisões dos gestores.

## 8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 8.1 Gestão de pessoas

#### 8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A elevada faixa etária do quadro funcional do CBPF, nas três carreiras que o preenchem (Pesquisa, Desenvolvimento tecnológico e Gestão), torna indispensável a renovação do quadro através da realização de concursos públicos. A deficiência de pessoal de Gestão é de tal ordem que alguns serviços essenciais do CBPF, que só podem ser executados por servidores públicos, poderão em breve ter de ser descontinuados, paralisando a instituição. Em 2015, dos 8 Analistas em C&T lotados no CBPF, 3 são aposentáveis (38%). Dos 22 Assistentes em C&T, 9 são aposentáveis (41%). A situação é gravíssima.

A estrutura de pessoal da unidade é demonstrada nos quadros a seguir.

##### 8.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	0	131	1	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0		1	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		131	1	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1			1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	1	131	1	6

Fonte: Serviço de Recursos Humanos - SRH/CAD/CBPF

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	56	74
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	56	74
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	56	74
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		

1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	56	75

Fonte: Serviço de Recursos Humanos - SRH/CAD/CBPF

**Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	0	14	0	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	14	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		14		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				1
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	0	14	0	1

Fonte: Serviço de Recursos Humanos - SRH/CAD/CBPF

## 8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

**Quadro - Despesas do pessoal**

Tipologias/ Exercícios	Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
<b>Dados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	9.962.581,57	480.624,94	10.363.269,05	96.124,99	0,00	1.335.797,70	421.796,30	4.747,00		22.664.941,55
	2014	10.344.450,00	537.245,37	10.733.777,10	138.421,27	0,00	1.638.930,31	537.245,37	1.014,02		23.931.083,44
<b>CULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
<b>na administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	127.688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.688,00
	2014	143.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.538,00
<b>des cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	49.076,38	29.190,00	0,00	0,00	0,00	32.069,00	0,00	0,00	0,00	110.335,38
	2014	112.040,94	70.056,00	0,00	0,00	0,00	63.692,16	0,00	0,00	0,00	245.789,10
<b>com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: SIAPE

### **8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal**

A partir da edição, em 2013, de uma apostila com as normas de segurança, recomendações e procedimentos de proteção em seus laboratórios, o CBPF vem zelando mais intensamente pela observância das medidas de segurança de modo a controlar com mais atenção os riscos relacionados ao pessoal, que passou a ser informado de maneira padronizada e institucional sobre como proceder no ambiente de trabalho. Os chefes de laboratórios de pesquisa do CBPF são imediatamente responsáveis pela organização e bom uso desses ambientes. Link da apostila disponível em: [http://cbpfindex.cbpf.br/publication\\_pdfs/Recomend&Procedim Prot labs CBPF 2013 .2014 12 01 10 27 09.pdf](http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/Recomend&Procedim Prot labs CBPF 2013 .2014 12 01 10 27 09.pdf)

No entanto, é necessário reconhecer que os riscos ligados à postura laboral/ergonomia não vêm sendo controlados com a periodicidade desejável, pois, em face da escassez de recursos orçamentários, a contratação de empresa terceirizada que preste serviço de controle de saúde laboral acaba cedendo lugar à execução de ações mais urgentes da UPC. A Portaria CBPF/MCTI nº 49, de 25 de setembro de 2007, designou Tecnologista da UPC como seu Representante Técnico em Engenharia de Segurança do Trabalho – CREA nº 1987108903. Em 2014, ele realizou o Relatório de Inspeção de Saúde e Segurança do Trabalho, disponível na Intranet do CBPF. No ano de 2015, porém, não foi realizada inspeção de cada posto de trabalho para verificar a adequação da postura laboral dos servidores e terceirizados da UPC. Estuda-se a realização desse serviço no ano de 2016.

### **8.1.4 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas**

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe foi criada pelo Decreto nº 7.808/2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações. Os doze Pesquisadores e uma Analista em C&T que tomaram posse em 2013 no CBPF já aderiram ao novo sistema previdenciário.

### **8.1.5 Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes**

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) conta com o Programa de Capacitação Institucional (PCI) desde 1997, e, desde então, o PCI tem sido um instrumento fundamental para a implementação de uma política de excelência científica na instituição, com suas bolsas sendo amplamente utilizadas pelos grupos de pesquisa em diversas áreas da Física, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor da Unidade (PDU). A instituição utiliza prioritariamente duas modalidades de bolsa do programa: PCI-D (longa duração) e BEV (curta duração). As bolsas PCI-D, com duração mínima de seis e máxima de trinta e seis meses, têm contribuído para a capacitação de recursos humanos aprofundando o conhecimento em áreas de fronteira da pesquisa em física e em áreas afins – fato comprovado pelo bom índice de absorção dos bolsistas do CBPF pelo mercado de trabalho na área da pesquisa, ensino e tecnologia da informação e engenharias – além de incrementar as atividades institucionais. Com duração de até 90 (noventa) dias, as bolsas BEV – Especialista Visitante de Curta Duração – têm impulsionado de forma decisiva as colaborações científicas, permitindo também que

especialistas de instituições de renome nacional e internacional ministrem minicursos e participem como palestrantes de eventos científicos promovidos pelo CBPF.

O Programa PCI no CBPF é gerido por uma Comissão formada por seis pesquisadores, além do Coordenador do Programa. Esta Comissão julga os méritos dos pedidos, e delibera tendo como princípios norteadores:

- 1) na concessão de bolsas de longa duração (ITI/ PCID) é dada prioridade a projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico vinculados às linhas de pesquisa desenvolvidas nos laboratórios da instituição, com ênfase naqueles que têm como características serem multiusuários e abertos à comunidade científica;
- 2) na concessão de bolsas de curta duração (bolsas BEV – Especialista Visitante Curta Duração) é dada prioridade a visitantes colaboradores que contribuam para o desenvolvimento das áreas de pesquisa do CBPF; As bolsas BEV seguem a tabela de diárias do CNPq.
- 3) bolsas para realização de estágios de pós-doutoramento devem ter a duração máxima de 06 meses, salvo em situações excepcionais com a devida justificativa;
- 4) é vetada a utilização dos recursos do PCI para financiar quaisquer atividades de pesquisadores, tecnólogos e técnicos funcionários do CBPF

Além de diversos projetos vinculados às áreas de pesquisa do CBPF, o PCI também tem sido essencial para as seguintes atividades:

- Implantação de Programas Temáticos, utilizando as bolsas da modalidade Especialistas Visitantes de curta e longa duração, para apoiar as visitas de cientistas de renome internacional.
- Implantação de laboratórios multiusuários com a implementação de bolsas para atender as demandas interna e externa de pesquisa nos laboratórios sob a responsabilidade do CBPF.
- Atendimento das demandas associadas às grandes colaborações internacionais especialmente nas áreas de Física Experimental de Altas Energias e Cosmologia Observacional.

Para avaliação dos resultados obtidos, o bolsista, durante a vigência (ao completar 16 ou 12 meses segundo cada caso) e ao término de seu período deve apresentar relatório das atividades desenvolvidas.

Está prevista também a realização de seminário pelos bolsistas do Programa em meados de 2016.

As Resoluções Normativas do CNPq que regem os programas são as seguintes: RN-041/2013 e RN-022/2015. A Portaria CBPF/MCTI nº 63/2013 designa a atual Comissão Assessora do PCI do CBPF, com a finalidade de estabelecer critérios e prioridades na concessão das bolsas de fomento tecnológico com base nos projetos prioritários para o desenvolvimento da missão institucional.

Quanto às bolsas dos estudantes dos programas de pós-graduação do CBPF, estas são concedidas por agências de fomento à pesquisa como Capes, CNPq e Faperj, que, por sua vez, realizam o controle da implementação das bolsas através de seus relatórios. Internamente, a Coordenação de Formação Científica (CFC/CBPF), que é responsável pelos programas de pós-graduação da unidade, dispõe de um regimento interno de pós-graduação.

Disponível em: [http://portal.cbpf.br/attachments/ensino/pdfs/NormasCFC\\_CBPF.pdf](http://portal.cbpf.br/attachments/ensino/pdfs/NormasCFC_CBPF.pdf) .



## 8.1.6 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

**Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade**

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS						
UG/Gestão: 240120/00001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Estágio	61.600.839/0001-55	10/05/2015	10/05/2016	Médio/Superior	A
2014	Limpeza e conservação	11.395.635/0001-51	22/12/2014	22/12/2019	Fundamental	P
2014	Apoio operacional	00.332.833/0001-50	03/06/2014	03/06/2019	Fundamental/Médio/Superior	P
2012	Vigilância desarmada	03.007.660/0001-92	01/01/2012	01/01/2017	Certificado formação vigilante	P
<b>LEGENDA</b>						
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.						
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						

## 8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

### 8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Na frota própria, o CBPF possui:

- 1) FIAT DOBLÔ ANO 2005 PLACA LZR 1032
- 2) PEUGEOT BOXER 2005/2006 PLACA KZV 1964
- 3) KIA BONGO 2010/2011 PLACA HOE 6469
- 4) RENAULT SANDERO 2012/2013 PLACA LQQ 2295
- 5) RENAULT SANDERO 2012/2012 PLACA LQQ 2294

O CBPF não terceiriza frota de veículos.

### 8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Quando o veículo se torna inservível, primeiramente o Serviço de Apoio Administrativo (SAA) do CBPF faz um comunicado para doação a outras unidades através do SIAFI.

Não aparecendo interessados, o SAA/CBPF providencia um leilão para se desfazer do veículo.

Atualmente a Peugeot Boxer está apresentando muitos problemas elétricos/mecânicos, já tendo sido encaminhada para diversas oficinas sem sucesso para conserto. Estuda-se a possibilidade de classificá-la como inservível.

### 8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas possui somente um imóvel à sua guarda localizado no bairro da Urca: Rua Dr. Xavier Sigaud, nº 150, município do Rio de Janeiro.

Segue detalhamento da descrição:

Quadro – Gestão do patrimônio imobiliário da União										
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Depreciação	Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	2015	Com Reformas	Com Manutenção	
240120	6001002875005	21	3	7.479.523,81	16/05/2012	29.477.826,04	96.556,91	0,00	56.008,69	
<b>Total</b>									0,00	56.008,69
<b>Fonte: SIAFI E SPIUNET</b>										

### 8.2.4 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

O CBPF não realizou, com recursos próprios – e na verdade por falta de recursos próprios –, nenhuma obra ou serviço de engenharia relacionados à atividade-fim, o que é lamentável em se tratando de uma instituição que tem a missão de desenvolver pesquisa científica e tecnológica de alto nível.

No entanto, destaca-se que algumas melhorias de infraestrutura de pesquisa foram obtidas por recursos advindos de projetos submetidos por pesquisadores do CBPF e aprovados por agências de fomento (principalmente Faperj) e pelo Sisnano (Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia). Nesse sentido, no âmbito da Coordenação de Física Experimental de Baixas Energias (EXP/CBPF), foram realizadas reformas de salas, obra de adequação de espaço físico destinando ao processamento do Labnano (Laboratório de Nanotecnologia), além de terem sido adquiridos equipamentos fundamentais para a pesquisa, como microscópios de varredura de alta resolução e de plasma.

Porém, trata-se de investimentos pontuais, frutos de esforços individuais de pesquisadores e, ainda assim, a quantidade de recursos que deveria ser aplicada está muito aquém do que demanda o potencial de desenvolvimento científico e tecnológico do CBPF.

### 8.2.5 Informações sobre a infraestrutura física

Como instituto de pesquisa científica e tecnológica em Física, o CBPF tem uma preocupação fundamental com sua infraestrutura física. Com efeito, é pressuposto para sua atuação manter modernos laboratórios de pesquisa, instalações e biblioteca em condições adequadas.

Entretanto, o orçamento de 2015 não foi bastante para contemplar todas as demandas de manutenção e incremento da infraestrutura. As melhorias realizadas nesse aspecto dizem respeito a projetos aprovados por agências de fomento diretamente para aos pesquisadores responsáveis.

## 8.3 Gestão da tecnologia da informação

### 8.3.1 Principais sistemas de informações

- a) Servidores computacionais: web, e-mail, DNS, LDAP, Wi-Fi, Backup, Arquivo, CBPF Index, Unipos-Rio, Antivirus, Portal de vídeos, Monitoramento, VPN.
- b) Sistema de cálculo científico de alto desempenho: Grid da LAFEX, cluster da CAT/CBPF, cluster do ICRA, Cluster da TEO.
- c) Sistema de Comunicação de Alta Velocidade
- d) Sistemas de videoconferência e transmissão de vídeo
- e) Sistema de documentação científica
- f) Sistemas de TI nos laboratórios de Física Experimental

### 8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

No exercício referente a este Relatório, estava vigente o PDTI 2014-2015 do CBPF. A execução desse Plano, em 2015, se deu a partir da seleção de 28 projetos de Tecnologia da Informação (TI) no CBPF que devem ser tratados a fim de cumprir a missão instrucional, conforme o quadro a seguir:

<b>PROJETOS DO PDTI DO CBPF</b>
1. Sistemas de Computação Científica de Alto Desempenho (Prioridade Alta)
2. Comunicação de Dados e Internet (Prioridade Alta)
3. Atualização do Software Pergamum
4. Backup Institucional
5. Certificação Digital
6. Controle Centralizado de Softwares
7. Controle do Acervo Bibliográfico CBPF
8. Criação de Ilhas de Computadores para Estudantes Novos
9. Criação de Manuais de Programação e Uso de TI
10. Descarte de Equipamentos de Informática e Sustentabilidade
11. Gestão da Infraestrutura de TI

12. Gestão de Segurança Física do Instituto
13. Gestão dos Servidores Computacionais do CBPF
14. Manutenção e Restauração do Acervo de Obras Raras do CBPF
15. Parque de Impressão das Publicações do CBPF
16. Política de Renovação do Parque Computacional
17. Produção de Programas de Controle de Experimentos
18. Serviço de Impressão para o CBPF
19. Sistema de Gestão Acadêmica
20. Sistema de Gestão do Almoxarifado e Patrimônio
21. Sistema de Videoconferência e Transmissão de Vídeo
22. Sistema para Gestão Doc. e dos Processos do CBPF
23. Suporte e Manutenção de TI
24. TI no Laboratório de Criogenia
25. TI no Laboratório de Tecnologia Eletrônica
26. TI no Laboratório de Tecnologia Mecânica
27. TI para Formação e Pós-Graduação
28. TI para WEB

Não foi elaborado um novo PDTI para o período de 2016 em diante devido aos cortes orçamentários de 2015. Está em discussão com a direção do CBPF uma revisão do PDTI 2014-2015 por meio da criação de uma comissão interna para a reedição do PDTI com pequenas modificações, uma vez que, observando-se a atual conjuntura, espera-se que os cortes orçamentários de 2016 serão ainda maiores.

### **8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas**

Por meio de uma sofisticada infraestrutura de computação e comunicação em redes, o CBPF dispõe de vários *clusters* para computação de alto desempenho e é um “TIER 2” da Grid do CERN (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares), desempenhando o papel de Centro Regional para esta rede na América Latina.

Para atender a atual demanda e suas responsabilidades, será necessário crescer, mantendo e estabelecendo novas parcerias estratégicas com outras instituições do MCTI, universidades e centros internacionais. Planejamos a construção de um sistema computacional de maior capacidade, compatível com um "TIER1", onde as necessidades de processamento, comunicação em redes de alta velocidade e infraestrutura de Data Center são ainda maiores em capacidade e desafios técnico-científicos.

Para ambientes computacionais em instituições científicas, é necessário manter projetos que desenvolvam novas técnicas e/ou integrem técnicas existentes, modernizem equipamentos, introduzam ou aumentem a automação, aumentem a velocidade de acesso aos dados, aumentem a capacidade de armazenamento, e garantam a segurança e a confiabilidade dos sistemas e da própria informação. Embora a utilização dos sistemas seja facilitada por esses procedimentos, o seu desenvolvimento e principalmente seu conhecimento é bastante complexo e exige hoje uma equipe técnica com forte formação

científica e tecnológica. O CBPF já absorveu estes conceitos de trabalho, no entanto, existe ainda a necessidade de agregar novos profissionais com objetivo de garantir estes novos patamares.

O CBPF tem se preocupado, ao longo dos últimos anos, em disponibilizar para a sua comunidade, e também para a comunidade científica e tecnológica local, uma infraestrutura de computação (processamento e comunicação de dados) moderna e de alto desempenho compatível com aquelas encontradas em grandes centros nacionais e internacionais. Nesse sentido, em 2015, os projetos “1. Sistemas de Computação Científica de Alto Desempenho (Prioridade Alta)” e “2. Comunicação de Dados e Internet (Prioridade Alta)” foram priorizados a fim de se adequarem à necessidade de o CBPF cumprir suas obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas colaborações, principalmente internacionais.

#### 1) Sistema de Computação de Alto Desempenho – CBPF

- Investimento em Infraestrutura com a inauguração no CBPF do centro de processamento de dados “DataGrid Center Javier Magnin” com capacidade para atender até 5 mil núcleos de computadores.
- Reforma da infraestrutura elétrica das Salas de Servidores computacionais, rede de computadores e grid.

#### 2) Comunicação de Dados e Internet

- Aumento da Conectividade do CBPF com a Internet para 10 Gbps garantindo maior desempenho (velocidade, disponibilidade e segurança) dos dados.
- O Grid do CBPF foi primeiro grid latino-americano a integrar a rede exclusiva LHC ONE (LHC Open Network Environment), do CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear). O LHC ONE é um projeto do Cern que visa interconexão e integração dos centros de computação espalhados no mundo que fazem parte de seu grid computacional. Esta infraestrutura tem como objetivo criar uma rede lógica sobre a rede física existente entre os sites de grids membros da colaboração dos experimentos do LHC (Large Hadron Collider). Tal rede lógica, a partir de configurações avançadas e específicas em roteadores em todo caminho, permite maior segurança, prioridade dos dados e maior vazão na rede, tornando o CBPF ainda mais "conectado" ao experimento LHCb/Cern. O CBPF já está habilitado para usar esta rede a 10Gbps (Gigabits por segundo). Nesse cenário, a Coordenação de Atividades Técnicas (CAT) participa com o projeto de avaliação de transferência massiva de dados entre redes de alto desempenho, tema de trabalho de pesquisa no mestrado de instrumentação científica do CBPF. Além da CAT, contribuíram para o sucesso alcançado a Rede-Rio/Faperj, a Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e equipes de grandes backbones internacionais da Rede Clara, Geant e CERN. Parte do projeto vem sendo financiado pelo Programa de Capacitação Institucional (PCI/MCTI).
- Entrada em funcionamento do novo Sistema de WIFI do CBPF.

Para os próximos anos, as prioridades de modernização recairão sobre os servidores computacionais, a fim de adequá-los às novas tecnologias e demandas do CBPF. Os servidores computacionais atualmente em funcionamento na instituição entraram em operação em 2012.

#### **8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade**

##### **8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

As contratações realizadas pela unidade prestadora de contas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012.

## 9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 9.1 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não existem acórdãos emitidos pelo TCU para o CBPF nos exercícios 2012, 2013 e 2014. No entanto, a CGU emitiu várias recomendações ao CBPF no exercício de 2014, que, no primeiro semestre de 2015, foram revisadas pela CGU em auditoria de contas. Das 15 recomendações emitidas pela CGU para o CBPF expiradas em 31 de dezembro de 2014, todas foram cumpridas, exceto duas que foram canceladas e mais duas cujo prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2015 porque dizem respeito a fracionamento de despesas, que depende de acontecimentos que fogem à alçada da unidade, tais como a regularização do fluxo orçamentário-financeiro, de forma a possibilitar o planejamento de suas licitações.

Em 2015, o CBPF recebeu as seguintes recomendações do Órgão de Controle Interno, sendo descritas logo abaixo as respectivas sínteses das providências adotadas:

Recomendação 1: Elaborar um manual descrevendo a metodologia de como extrair do SIAFI os dados contábeis necessários ao cálculo de cada um dos três indicadores administrativo-financeiros que compõem do TCG do MCTI com o CBPF, de modo que qualquer pessoa com acesso ao sistema possa extraí-los e obter os mesmos resultados.

Síntese da providência adotada: manual em elaboração contendo a metodologia de extração dos dados contábeis do SIAFI para elaboração do TCG.

Recomendação 2: Elaborar, anualmente, para cada um dos três indicadores administrativo-financeiros que compõem do TCG do MCTI com o CBPF, um documento que contenha o detalhamento dos valores das rubricas que integraram suas variáveis e, conseqüentemente, do indicador em questão, de modo que a série histórica desses indicadores possa ser comprovada por qualquer pessoa.

Síntese da providência adotada: documento anual que contenha o detalhamento dos valores das rubricas que integraram suas variáveis em elaboração.

Recomendação 3: Que o CBPF verifique junto às áreas da UJ envolvidas (Diretoria, Coordenação de Colaborações Científicas Institucionais - CCI, SEF dentre outras) a necessidade de criar documentação formalizada que sustente todas as informações consideradas anualmente no TCG.

Síntese da providência adotada: documento/sistema formal com as informações consideradas anualmente no TCG em fase de discussão e posterior elaboração.

Recomendação 4: Que o CBPF avalie junto ao MCTI a revisão dos indicadores do TCG considerando a possível inclusão, alteração, exclusão ou modificação dos indicadores nele contemplados existentes no TCG. Além disso, considerar a revisão dos pesos dos indicadores no TCG, refletindo o real nível de gerenciamento do CBPF sobre eles. Considerar também a inclusão do objetivo de cada indicador e qual a sua função (efetividade, eficiência, eficácia, produtividade, etc).

Síntese da providência adotada: A Scup/MCTI está propondo um Grupo de Trabalho com a participação das UPs para revisar os indicadores de todas as Unidades de Pesquisas do MCTI.

Recomendação 5: Que o CBPF estabeleça junto ao MCTI uma periodicidade de revisão do TCG considerando, principalmente, a elaboração de cada novo Plano Diretor da UJ.  
Síntese da providência adotada: Essa proposta será levada ao Grupo de Trabalho dos Indicadores, assim que seja formalizado.

## **9.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Segundo o Serviço de Material e Patrimônio do CBPF, as obrigações assumidas pela unidade são cumpridas da seguinte maneira: para contratos relativos a terceirização, energia elétrica, gás e água, o pagamento é realizado mensalmente através de fatura. Para compras, o pagamento é realizado imediatamente após a entrega e a conferência do material. Desse modo, atende ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual a unidade deve obedecer a estrita ordem cronológica das datas das exigibilidades das obrigações contratuais que assume.



## **10 ANEXOS**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>15.846.547,39</b>	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>15.766.547,39</b>	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>80.000,00</b>	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	80.000,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>13.162.222,88</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	11.408.014,77	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	11.408.014,77	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.754.208,11	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.754.208,11	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>16.526.212,49</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>15.031.378,85</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.914.619,25	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.000.211,66	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.094.439,71	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.029.397,41	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.517.153,53	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.769,78	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.769,78	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	190.076,29	-	- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	- Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	- Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	- Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	- Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	- Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	3.327.077,24	-	-	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>5.042.791,38</b>	-	- <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>3.853.300,51</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.042.791,38	-	- Caixa e Equivalentes de Caixa	3.853.300,51	-
<b>TOTAL</b>	<b>34.731.226,75</b>	-	- <b>TOTAL</b>	<b>34.731.226,75</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>			<b>15.846.547,39</b>	<b>15.846.547,39</b>
<b>TOTAL</b>			<b>15.846.547,39</b>	<b>15.846.547,39</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ORGAO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	<b>14.439.594,74</b>	<b>11.217.846,10</b>	<b>11.217.846,10</b>	<b>-14.439.594,74</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	14.439.594,74	11.217.846,10	11.217.846,10	-14.439.594,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	<b>1.406.952,65</b>	<b>714.082,04</b>	<b>714.082,04</b>	<b>-1.406.952,65</b>
Investimentos	-	-	1.406.952,65	714.082,04	714.082,04	-1.406.952,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	<b>15.846.547,39</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>-15.846.547,39</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>15.846.547,39</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>-15.846.547,39</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>15.846.547,39</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>11.931.928,14</b>	<b>-15.846.547,39</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>306.435,78</b>	<b>2.543.556,32</b>	<b>2.295.504,31</b>	<b>2.295.504,31</b>	<b>212.571,52</b>	<b>341.916,27</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	306.435,78	2.543.556,32	2.295.504,31	2.295.504,31	212.571,52	341.916,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>122.800,39</b>	<b>794.280,75</b>	<b>704.707,35</b>	<b>704.707,35</b>	<b>141.209,89</b>	<b>71.163,90</b>
Investimentos	122.800,39	794.280,75	704.707,35	704.707,35	141.209,89	71.163,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>429.236,17</b>	<b>3.337.837,07</b>	<b>3.000.211,66</b>	<b>3.000.211,66</b>	<b>353.781,41</b>	<b>413.080,17</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	29.561.269,13	29.434.772,82			
Bens Imóveis	29.657.826,04	29.485.806,04			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-96.556,91	-51.033,22			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>260.263,18</b>	<b>259.109,18</b>			
Softwares	239.371,72	239.371,72			
Softwares	239.371,72	239.371,72			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	20.891,46	19.737,46			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	20.891,46	19.737,46			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>53.749.548,21</b>	<b>56.315.531,60</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>53.749.548,21</b>	<b>56.315.531,60</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>3.853.300,51</b>	<b>6.796.999,49</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>7.663.052,30</b>	<b>10.470.873,96</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>49.896.247,70</b>	<b>49.518.532,11</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	<b>-3.767.073,24</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		-	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>46.086.495,91</b>	<b>49.611.730,88</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>342.366,01</b>	<b>79.032.626,03</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>79.121.151,49</b>	<b>767.110,57</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	342.366,01	79.032.626,03	Execução dos Atos Potenciais Passivos	79.121.151,49	767.110,57
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	312.366,01	499.066,85	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	30.000,00	30.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	78.503.559,18	Obrigações Contratuais a Executar	79.121.151,49	767.110,57
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>342.366,01</b>	<b>79.032.626,03</b>	<b>TOTAL</b>	<b>79.121.151,49</b>	<b>767.110,57</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-4.013.116,02</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>203.364,23</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	203.364,23
<b>TOTAL</b>	<b>-3.809.751,79</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>228.144,52</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>25.773.816,12</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>25.773.816,12</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	9.094.439,71	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	13.162.222,88	-
Arrecadação de Outra Unidade	190.076,29	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	3.327.077,24	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-25.545.671,60</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-13.460.077,82</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 01/03/2016	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-13.458.308,04	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.769,78	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-56.196,37</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-56.196,37	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-12.029.397,41</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-12.029.397,41	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.417.635,39</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS

ÓRGÃO SUPERIOR 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	-1.417.635,39	-
<b>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</b>	-1.417.635,39	-
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Operações de Crédito</b>	-	-
<b>Integralização do Capital Social de Empresas Estatais</b>	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Amortização / Refinanciamento da Dívida</b>	-	-
<b>Outros Desembolsos de Financiamento</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-1.189.490,87	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	5.042.791,38	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	3.853.300,51	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>14.384.505,69</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>2.581,37</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.581,37	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>13.386.183,71</b>	-
Transferências Intragovernamentais	13.162.222,88	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	223.960,83	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>808.245,69</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	22.079,36	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	786.166,33	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>187.494,92</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
----------------	--

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	187.494,92	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>17.349.114,48</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>30.813,98</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	30.813,98	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>31.166,64</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.166,64	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>15.417.399,00</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	811.954,84	-
Serviços	12.361.253,46	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.244.190,70	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>539.993,85</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	539.993,85	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>1.287.452,86</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	8.275,64	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	240120 - CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	1.279.177,22	-
<b>Tributárias</b>	<b>30.206,87</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	30.206,87	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>12.081,28</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12.081,28	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-2.964.608,79</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



## DECLARAÇÕES

Quadro – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
<b>DECLARAÇÃO</b>
Eu, EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA, CPF nº769.667.557-53, <b>Chefe de Serviço de MATERIAL E PATRIMÔNIO</b> , exercido no CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.
Brasília, 09 de MARÇO de 2016.
EDUARDO DUARTE DE MENDONÇA <u>769.667.557-53</u> <b><u>Chefe de Serviço de Material e Patrimônio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF</u></b>

Quadro – Declaração do Contador Afirmitiva da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF		240120	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	09 DE MARÇO DE 2016
Contador Responsável	RAIMUNDO NONATO DE AMARANTE MOURA	CRC nº	RJ-082121/O-6

### Quadro – Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO
Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens renda junto a este Serviço de Recursos Humanos para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.
Rio de Janeiro, 06 de março de 2016
MARCIA CRISTINA FERREIRA AGUIAR 517.814.927-00 Chefe do Serviço de Recursos Humanos - PO/MCTI 345/2013 CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI

**Quadro – Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac**

**DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac para fins de registro de junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução normativa TCU 55/2017.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2016

MARCIA CRISTINA FERREIRA AGUIAR

517.814.927-00

Chefe do Serviço de Recursos Humanos - PO/MCTI 345/2013

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS - CBPF/MCTI